

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CAMPUS PASSO FUNDO

GIÂNDEPERSON LODI

**ANÁLISE DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS: OPÇÃO MAIS VANTAJOSA
PARA O MERCADO FINANCEIRO ATUAL NO SEGMENTO PESSOA FÍSICA**

PASSO FUNDO

2022

RESUMO

Diante da vastidão de opção que existem no que tange ao segmento de investimentos financeiros, conhecer o meio em que estes estão inseridos, bem como as particularidades que existem em cada um dos investimentos é tarefa obrigatória de quem busca investir a fim de obter ganhos dentro do mercado financeiro. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo verificar quais são as opções de investimentos em títulos privados disponíveis no mercado financeiro para o segmento de pessoa física, que possuem o melhor rendimento baseado no histórico dos últimos 10 anos. Metodologicamente, para atender o objetivo proposto, foram coletados os dados das taxas mensais do período de outubro de 2012 até outubro de 2022, dos seguintes investimentos: variação do índice Ibovespa, variação do índice da caderneta de poupança, variação do índice CDI que foi utilizado para calcular a rentabilidade do CDB e LCI, e por fim, a variação do índice IPCA. O tratamento desses dados foi feito através do Microsoft Excel, plataforma utilizada para fazer o cálculo da rentabilidade dos ativos escolhidos, bem como para gerar planilhas e gráficos. Concluiu-se ao final da pesquisa que títulos do Tesouro direto vinculados ao IPCA obtiveram os melhores resultados, com rentabilidade líquida de 182,16%. Essa modalidade de investimento obteve um resultado superior 26,44% ao resultado do CDB simulado, que foi o segundo com melhor retorno. O investimento menos rentável no simulado foi a Caderneta de Poupança.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Modalidades de fundos de investimento.....	36
Tabela 2 – Investimentos analisados.....	43
Tabela 3 – Coleta de dados.....	44
Tabela 4 – Evolução do rendimento de aplicação em CDB.....	46
Tabela 5 – Consolidação de resultados simulando aplicação em CDB.....	48
Tabela 6 – Simulado no investimento LCI com rendimento 94% do CDI.....	49
Tabela 7 – Consolidação de resultados simulando aplicação em LCI.....	51
Tabela 8 – Evolução do rendimento de aplicação em Poupança.....	52
Tabela 9 – Consolidação de resultados simulando aplicação em Poupança.....	54
Tabela 10 – Evolução do rendimento de aplicação no Ibovespa.....	54
Tabela 11 – Consolidação de resultados simulando aplicação em ações (IBOVESPA)	57
Tabela 12 - Evolução do rendimento de aplicação no tesouro IPCA.....	58
Tabela 13 - Consolidação de resultados simulando aplicação no Tesouro IPCA.....	60
Tabela 14 – Comparação de resultados simulados.....	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Rendimento real da poupança (% a.m.)	29
Gráfico 2 – Variação do Ibovespa.....	56
Gráfico 3 – Evolução anual do saldo do investimento.....	61
Gráfico 4 – Rentabilidade Final %.....	62
Gráfico 5 – Rendimento Líquido.....	63
Gráfico 6 – Desvio Padrão.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN – Banco Central do Brasil

CDB – Certificado de Depósito Bancário

CMN – Conselho Monetário Nacional

CNPC – Conselho Nacional da Previdência Complementar

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

CRA – Certificado de Recebimento do Agronegócio

CRI – Certificado de Recebíveis Imobiliários

FGC – Fundo Garantidor de Crédito

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IOF – Imposto sobre Operações Financeiras

IR – Imposto de Renda

LCA – Letras de Crédito do Agronegócio

LCI – Letras de Crédito Imobiliário

LFT – Letras Financeiras do Tesouro

LTN – Letras do Tesouro Nacional

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.....	8
1.2	IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA.....	9
1.3	OBJETIVOS.....	10
<i>1.3.1</i>	<i>Objetivo Geral.....</i>	<i>10</i>
<i>1.3.2</i>	<i>Objetivos Específicos.....</i>	<i>10</i>
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1	SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	11
<i>2.1.1</i>	<i>Organização do Sistema Financeiro Nacional.....</i>	<i>12</i>
<i>2.1.1.1</i>	<i>Órgãos Normativos.....</i>	<i>12</i>
<i>2.1.1.2</i>	<i>Órgãos Supervisores.....</i>	<i>16</i>
<i>2.1.1.3</i>	<i>Órgãos Operadores.....</i>	<i>19</i>
2.2	MERCADO MONETÁRIO.....	19
2.3	MERCADO DE CRÉDITO.....	21
2.4	MERCADO CAMBIAL.....	23
2.5	MERCADO DE CAPITAL.....	25
2.6	PRINCIPAIS TIPOS DE INVESTIMENTO FINANCEIROS.....	27
<i>2.6.1</i>	<i>Renda fixa.....</i>	<i>27</i>
<i>2.6.1.1</i>	<i>Renda fixa pré e pós-fixada.....</i>	<i>28</i>
<i>2.6.1.2</i>	<i>Caderneta de poupança.....</i>	<i>29</i>
<i>2.6.1.3</i>	<i>CDB.....</i>	<i>30</i>
<i>2.6.1.4</i>	<i>Tesouro Direto.....</i>	<i>30</i>
<i>2.6.1.5</i>	<i>LCI e LCA.....</i>	<i>32</i>
<i>2.6.1.6</i>	<i>Letra De Câmbio.....</i>	<i>32</i>
<i>2.6.1.7</i>	<i>CRI/CRA.....</i>	<i>33</i>
<i>2.6.1.8</i>	<i>Debêntures.....</i>	<i>33</i>
<i>2.6.2</i>	<i>Renda Variável.....</i>	<i>34</i>
<i>2.6.2.1</i>	<i>Ações.....</i>	<i>34</i>
<i>2.6.2.2</i>	<i>Fundos De Investimento.....</i>	<i>35</i>
<i>2.6.2.3</i>	<i>Fundos Imobiliários.....</i>	<i>36</i>
<i>2.6.2.4</i>	<i>Derivativos.....</i>	<i>37</i>
<i>2.6.2.5</i>	<i>Câmbio.....</i>	<i>37</i>
3.	MÉTODO DE PESQUISA.....	39
3.1	CLASSIFICAÇÃO QUANTO A ESPÉCIE.....	39
3.2	CLASSIFICAÇÃO QUANTO AOS OBJETIVOS.....	40
3.3	QUANTO A ABORDAGEM.....	40
3.4	QUANTO AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS.....	41
3.5	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	42
3.6	PLANO DE COLETA DE DADOS.....	43
3.7	ANALISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	44
3.8	LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	45
4.	RESULTADOS.....	46
4.1	SIMULADO NO INVESTIMENTO EM CDB COM RENDIMENTO 115% DO CDI.....	46
4.2	SIMULADO NO INVESTIMENTO LCI COM RENDIMENTO 94% DO CDI.....	49

4.3	SIMULADO NO INVESTIMENTO EM CADERNETA DE POUPANÇA.....	51
4.4	SIMULADO DE INVESTIMENTO NO INDICE DO IBOVESPA.....	54
4.5	SIMULADO NO TESOIRO IPCA.....	57
4.6	DISCUSÃO DE RESULTADOS.....	60
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66

1. INTRODUÇÃO

Este capítulo destina-se a apresentar a contextualização do tema, objeto do estudo e da questão da pesquisa, enfatizando alguns dos principais tipos de investimentos financeiros disponíveis no mercado financeiro atual, com suas principais características, bem como fazer uma apresentação do Sistema Financeiro Nacional, na qual os investimentos estão inseridos. Neste capítulo também serão apresentados os objetivos gerais e específicos, a justificativa do problema, e a delimitação do estudo.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

É fato que o Brasil é um dos países com maior população no mundo, segundo o IBGE, o país conta com quase 210 milhões de habitantes. Desse total, uma grande parcela é dotada de disponibilidades de recursos para aplicação em ativos financeiros que são ofertados por bancos, financeiras, governo, bolsa de valores e empresas.

Independente da classe financeira, as pessoas buscam um maior rendimento ou, no mínimo, rendimento suficiente para pagar suas despesas e ter sobra de dinheiro para atividades de lazer ou qualquer outra coisa que a satisfaça de alguma forma.

Muitas são as possibilidades de investimento no mercado financeiro atual, então, conhecer o mercado financeiro, os principais produtos de investimentos disponíveis e suas características principais são tarefas indispensáveis para quem deseja aplicar parte de seus recursos a fim de poupar, e mais do que isso, fazer com que haja uma rentabilidade maior sobre esse valor.

A disposição de investir seu dinheiro e a rentabilidade do dinheiro está atrelada ao nível de risco que está disposto a assumir, frente ao retorno esperado. (LIMA, 2004). Nesse sentido, várias são as informações que são necessárias serem levadas em conta, pois apesar do investidor sempre almejar maiores e melhores resultados nem sempre está disposto a correr determinados riscos.

Como citado anteriormente, muitas são as opções atuais para realizar investimentos, dentre essas, as principais são a caderneta de poupança, debêntures, fundo imobiliários, títulos públicos do governo, ações, CDB, LCI, CLA, CRI, CRA, entre muitas outras. Cada uma dessas opções possui características individuais, variando de valor mínimo de investimento, tempo que o recurso ficará aplicado, taxa de juros, IOF, o período de carência que o valor deverá

permanecer aplicado, entre outras variáveis, além dos possíveis riscos envolvidos em cada uma delas. Por isso, há tamanha necessidade de analisar individualmente cada uma delas para entender se está de acordo com as expectativas do investidor e principalmente se está dentro do seu perfil de investidor ou existe uma opção mais viável para aquele momento.

O fácil acesso a informações através dos mais variados canais de comunicação torna melhor o processo de conhecimento das opções disponíveis. Atualmente mais do que nunca existe uma infinidade de fontes repassando conhecimento específicos, incluindo a área do mercado de investimento. É possível conhecer e estudar bem as especificações de cada um dos produtos oferecidos pelos Bancos e o Mercado Financeiro em geral, garantindo uma melhor aplicação dos recursos e uma menor possibilidade de perdas. Deste modo a questão principal desta pesquisa é: quais são as opções de investimentos em títulos privados disponíveis no mercado financeiro para o segmento de pessoa física que possuem o melhor rendimento baseado no histórico dos últimos 10 anos?

1.2 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA

A falta de conhecimento sem dúvida é um dos principais responsáveis por desencorajar as pessoas a realizarem algum tipo de investimento, o que faz com que grande parte das pessoas com alguma sobra de recursos apliquem o valor na Caderneta de Poupança, que segundo a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) “é o tipo de investimento considerado o mais tradicional e seguro. Permite que investidores mais conservadores apliquem seus recursos sem correrem grandes riscos, embora eles existam.” Porém, o baixo rendimento desse produto faz com que as pessoas busquem outras opções para investir.

Uma das ações que são indispensáveis na realização de um investimento é identificar qual das opções existentes no mercado melhor se adequa às expectativas de retorno do investidor. Ou seja, qual tem a combinação melhor de taxa de retorno, período que o valor ficará aplicado, incidência de imposto entre outras análises que precisam ser feitas. Este perfil é associado a política de investimentos dos fundos, onde o investidor identifica a sua intenção relacionada ao futuro investimento. (TOSCANO JUNIOR, 2004).

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo responder o seguinte questionamento: Quais são as opções de investimentos em títulos privados disponíveis no mercado financeiro para o segmento de pessoa física que possuem o melhor rendimento baseado no histórico dos últimos 10 anos?

Será abordado neste trabalho às principais alternativas de investimento no mercado financeiro para pessoa física e o estudo de cada uma delas, apontando suas vantagens e desvantagens fazendo uma comparação entre cada uma delas baseado no histórico dos últimos 10 anos.

Esse estudo busca contribuir para balizar possíveis investidores a avaliar a melhor alternativa de investimento considerando o histórico de evolução de algumas das opções mais significativas dentro do mercado financeiro, tendo como base o acompanhamento da evolução destes mesmos investimentos escolhidos dos últimos 10 anos.

A principal justificativa desse estudo consiste em fornecer informações aos investidores, tanto teóricas como práticas dos principais investimentos disponíveis e suas rentabilidades históricas para que a partir disto, possa ser definida a opção mais vantajosa de investimento levando em consideração os dados analisados na pesquisa.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Verificar quais são as opções de investimentos em títulos privados disponíveis no mercado financeiro para o segmento de pessoa física que possuem o melhor rendimento baseado no histórico dos últimos 10 anos.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Apresentar o sistema financeiro nacional no qual encontram-se inseridos os produtos de investimentos;
- Realizar uma pesquisa científica acerca dos principais produtos de investimento disponíveis no mercado financeiro atual;
- Apresentar os possíveis riscos nos investimentos;
- Efetuar uma análise dos possíveis rendimentos sobre os produtos a serem investidos no histórico de 10 anos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A revisão bibliográfica serve como base para sustentar a pesquisa, e tem por objetivo apresentar ideias de diferentes autores sobre o tema abordado, contribuindo para o conhecimento e desenvolvimento do trabalho. Para tornar o assunto de maior entendimento, o referencial teórico será dividido em: Sistema Financeiro Nacional, Mercado Monetário, Mercado de Crédito, Mercado Cambial, Mercado de Capitais e principais tipos de investimentos financeiro como último item.

2.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O Sistema Financeiro Nacional surgiu da necessidade de um órgão específico, que assumisse questões normativas e de caráter monetário e creditício visando gerir a política monetária do governo federal. O SFN trata-se de um conjunto de sistemas e instituições responsáveis pela captação de recursos monetários, pela distribuição, circulação de valores e regulação de processos.

A evolução do SFN ao decorrer dos anos desde sua elaboração passou por mudanças e aperfeiçoamentos significativos até chegar ao modelo que conhecemos nos dias atuais.

Brito (2020, p.2) separa a evolução do Sistema Financeiro Nacional entre 4 fases mais significativas no processo de mudança do órgão em questão. De acordo com ele, a primeira fase acontece durante o período de tempo dos anos de 1808 até 1914 marcada pela vinda da família real portuguesa ao Brasil até a Primeira Guerra Mundial. A segunda fase da classificação abrange os anos de 1914 até o ano de 1945 caracterizada da Primeira Guerra Mundial até a Segunda Guerra Mundial. Já a terceira fase se dá entre os anos de 1945 até 1964 destacando os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial até a Grande Reforma Financeira como marcos de início e final de ciclos nessa ideia de classificação. O último período ou fase desse processo se dá do ano de 1964 (ano da grande Reforma Financeira) até os dias atuais.

A evolução histórica do Sistema Financeiro Nacional foi parte fundamental no processo de desenvolvimento econômico e financeiro do País. Os aperfeiçoamentos, mudanças e melhorias desde sua implementação possibilitaram sua chegada aos moldes que conhecemos nos dias atuais, como parte intrínseca do sistema social como um todo, possibilitando a troca de recursos e mercadorias e dando suporte para o crescimento e desenvolvimento do país em todas as áreas.

2.1.1 Organização do Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional – SFN - pode ser subdividido em entidades **normativas**, que determinam regras gerais para o bom funcionamento do sistema, **supervisoras** que trabalham para que os integrantes do sistema financeiro sigam as regras definidas pelos órgãos normativos; e **operacionais**, que são as instituições que ofertam serviços financeiros, no papel de intermediários.

Segundo a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), as entidades normativas são responsáveis pela definição das políticas e diretrizes gerais do sistema financeiro, sem função executiva. Em geral, são entidades colegiadas, com atribuições específicas e utilizam-se de estruturas técnicas de apoio para a tomada das decisões. Atualmente, no Brasil funcionam como entidades normativas o Conselho Monetário Nacional – CMN, o Conselho Nacional de Seguros Privados -CNSP e o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Ainda segundo a CVM, as entidades supervisoras, por outro lado, assumem diversas funções executivas, como a fiscalização das instituições sob sua responsabilidade, assim como funções normativas, com o intuito de regulamentar as decisões tomadas pelas entidades normativas ou atribuições outorgadas a elas diretamente pela Lei. O Banco Central do Brasil – BCB, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC são as entidades supervisoras do nosso Sistema Financeiro.

Compete ao Banco Central do Brasil (BCB) garantir o cumprimento das normas do CMN. O BC monitora e fiscaliza o sistema financeiro e executa as políticas monetária, cambial e de crédito.

Abreu e Silva (2017, p.13) definem entidades operadoras sendo todas as demais instituições financeiras, monetárias ou não, oficiais ou não, como também demais instituições auxiliares, responsáveis, entre outras atribuições, pelas intermediações de recursos entre poupadores e tomadores ou pela prestação de serviços.

2.1.1.1 Órgãos Normativos

Abreu e Silva (2017, p.15) argumentam que o Subsistema Normativo é o responsável por determinar regras e diretrizes gerais para o bom funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. Os três órgãos normativos que compõem o Sistema Financeiro Nacional são:

Conselho Monetário Nacional (CMN): O CMN é caracterizado por ser o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional. Exerce a responsabilidade de formular a política da moeda e do crédito, visando a estabilidade de moeda e o desenvolvimento econômico do País. Brito (2020, p.4) coloca o CMN com as seguintes competências:

“Compete ao CMN traçar as normas de política monetária em todos os seus aspectos. Funciona como um conselho da economia brasileira e supervisiona as políticas monetárias, cambial, de investimento, de capital estrangeiro, de comércio exterior e fiscal.”

Nesse sentido, o papel do CMN é sobretudo ser o responsável por ditar as diretrizes e regras para o pleno funcionamento do mercado. Sua função principal é nortear as atitudes que serão postas em prática pelos órgãos executivos afim de regular o valor interno e externo da moeda, bem como o equilíbrio na balança de pagamentos do País.

Além disso o Órgão tem a responsabilidade de “Orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras, quer públicas, quer privadas; tendo em vista propiciar, nas diferentes regiões do País, condições favoráveis ao desenvolvimento harmônico da economia nacional.” Abreu e Silva (2017, p.18).

Outro objetivo do Conselho Monetário Nacional é proporcionar o aperfeiçoamento das instituições financeiras e dos instrumentos financeiros, visando maior eficiência do sistema de pagamentos e da mobilização de recursos. Como exemplo desse objetivo, podemos citar a criação do DPGE (Depósito a Prazo com Garantia Especial) com garantia de risco de crédito coberta pelo FGC (Fundo Garantidor de Crédito) para operações de até 20 milhões de reais, que vigorou em tempos de instabilidade econômica em meio a crise econômica internacional de liquidez, que no Brasil, atingiu principalmente as instituições financeiras de pequeno e médio porte. Além disso, é de responsabilidade do CMN zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras.

Além disso, segundo Abreu e Silva (2017, p.19) outras atribuições que competem ao Conselho Monetário Nacional são as Seguintes: 1. Autorizar as emissões de papel-moeda; 2. Fixar as diretrizes e normas da política cambial; 3. Disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações creditícias em todas as suas formas; 4. Regular a constituição, funcionamento e fiscalização das Instituições Financeiras; 5. Limitar, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos e comissões, e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiro, inclusive os prestados pelo Banco Central; 6. Determinar a percentagem máxima dos recursos que as instituições financeiras poderão emprestar a um

mesmo cliente ou grupo de empresas.; 7. Expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras.

Atualmente, o Conselho Monetário Nacional é composto por três representantes, sendo eles o Ministro da Fazenda (presidente), o Ministro do Planejamento e o Presidente do Banco Central. Seus membros reúnem-se em ordinariamente uma vez por mês para tratar de assuntos que competem ao Conselho, porém, em determinadas circunstâncias podem ocorrer mais de um encontro por mês.

Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP): Segundo ALVIM (1980, p.171) O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) foi criado visando desenvolver o seguro nacional, buscando harmonizar a política do governo e garantir o dinamismo constante da Instituição de Seguro, que desde os tempos de sua implementação se fazia necessário para impulsionar o crescimento do mercado e como consequência disso o desenvolvimento econômico do País.

Para Abreu e Silva (2017, p.24) “Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) é o órgão responsável por fixar as diretrizes e normas da política do mercado de seguros privados.”

O CNSP é dividido entre: a) Mercado de Seguros; b) Mercado de Capitalização; c) Mercado de Previdência Complementar Aberta.

De acordo com a Secretaria de Política Econômica – SPE, o mercado de seguros tem papel crucial na sociedade, permite a mitigação de riscos do setor produtivo e das famílias, exercendo o papel de estabilizar a renda e a riqueza e incentivando a geração de poupança e o investimento.

O Mercado de Capitalização envolve a comercialização do produto de investimento Capitalização, atribuído pela SUSEP com a seguinte referência:

“É um produto em que parte dos pagamentos realizados pelo subscritor é usado para formar um capital, segundo cláusulas e regras aprovadas e mencionadas no próprio título (Condições Gerais do Título) e que será pago em moeda corrente num prazo máximo estabelecido.”

Nesse sentido, o mercado de capitalização envolve basicamente a comercialização de um produto específico no segmento de investimentos financeiro.

O mercado de Previdência Complementar Aberta, por sua vez comercializa planos de benefícios de caráter previdenciário e têm por objetivo complementar os benefícios oferecidos pelo regime geral de previdência social. Estes são oferecidos por sociedades seguradoras ou pelas entidades abertas de previdência complementar.

Segundo a SUSEP esses tipos de benefícios “Podem garantir o pagamento de um benefício ao próprio participante do plano (coberturas por sobrevivência ou de invalidez) ou aos seus beneficiários (coberturas de morte).”

Um exemplo desse tipo de serviço de previdência é o PGBL – Plano Gerador de Benefício Livre, que tem o objetivo de pagar uma renda por sobrevivência ao próprio participante, de forma a complementar à aposentadoria oferecida pelo regime geral de previdência social.

Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC): De acordo com a Secretaria da Previdência, o Conselho Nacional de Previdência Complementar -CNPC “É o órgão com a função de regular o regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar, nova denominação do então Conselho de Gestão da Previdência Complementar.”

Abreu e Silva (2017, p.27) definem o CNPC sendo:

(...) um órgão colegiado que integra a estrutura do Ministério da Fazenda com sede em Brasília, Distrito Federal, e jurisdição em todo o território nacional. Sua principal função é a de regular o regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão).

Este órgão é de extrema importância em âmbito nacional, uma vez que abrange todas as partes da Previdência Complementar, buscando sempre garantir a eficácia dos serviços disponibilizados dentro desse setor.

Atualmente, a composição dos participantes do CNPC é integrado pelo Ministro da Fazenda, sendo o presidente, e por um representante de cada um dos seguintes indicados – todos com direito a voto: 1.Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc); 2.Secretaria de Políticas de Previdência Complementar do Ministério do Trabalho e Previdência Social; 3.Casa Civil da Presidência da República; 4.Ministério da Fazenda; 5.Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; 6.Entidades fechadas de previdência complementar; 7.Patrocinadores e instituidores de planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar; 8.Participantes e assistidos de planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar.

As assembleias ordinárias ocorrem de forma trimestral, e suas ações são definidas de acordo com a maioria simples dos votos, uma vez que esteja com presença obrigatória de pelo menos cinco dos seus membros.

Apesar do CNSP ser responsável por normatizar o mercado de previdência fechada, as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar são ditadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) conforme definição dada pela lei nº 4.595/64, em seu artigo 3º, inciso IV.

2.1.1.2 Órgãos Supervisores

De acordo com Carrete (2019, p.14) são órgãos supervisores as entidades que são as responsáveis por fiscalizarem as operações. As entidades supervisoras vinculadas ao CMN são o Banco Central do Brasil (Bacen) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A entidade vinculada ao CNSP é a Superintendência de Seguros Privados (Susep) e a vinculada ao CNPC é a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Bacen: O Banco Central do Brasil surgiu em 1964, a partir da reformulação da Sumoc – Superintendência da Moeda e do Crédito que havia sido criada no final do primeiro período de presidência de Getulio Vargas com missão de preparar a organização para se tornar um futuro banco central do país.

O Banco Central do Brasil – Bacen é tido com a seguinte definição pelo Governo Federal do Brasil:

(...) criado pela Lei nº 4.595, de 1964, é uma autarquia federal, caracterizada pela ausência de vinculação a Ministério e que possui autonomia técnica, operacional, administrativa e financeira (LC 179, de 2021). Ele tem por objetivo fundamental assegurar a estabilidade de preços, além de zelar pela estabilidade e pela eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego.

Nesse sentido, pode-se tratar o Bacen como um fiscalizador e disciplinador do mercado financeiro, a definir regras, limites e condutas que devem ser adotadas pelas instituições. Neto (2018, p.43) atribui a ele também as funções de gestor do Sistema Financeiro Nacional, ao expedir normas e autorizações e promover o controle das instituições financeiras e de suas operações, e também considerado um executor da política monetária, ao exercer o controle dos meios de pagamento e executar o orçamento monetário e um banco do governo, na gestão da dívida pública interna e externa.

Demais atribuições do Bacen seguindo Pinheiro (2019, p.59).

- emitir papel-moeda e moeda metálica nas condições e limites autorizados pelo CMN;
- receber os recolhimentos compulsórios dos bancos comerciais e os depósitos voluntários das instituições financeiras e bancárias que operam no país;
- realizar operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras dentro do enfoque de política econômica do governo ou como socorro a problemas de liquidez;
- regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis;
- efetuar, como instrumento de política monetária, operações de compra e venda de títulos públicos federais;
- emitir títulos de responsabilidade própria, de acordo com as condições estabelecidas pelo CMN;
- exercer o controle de crédito sob todas as suas formas;
- exercer a fiscalização das instituições financeiras, punindo-as quando necessário;
- autorizar o funcionamento, estabelecendo a dinâmica operacional, de todas as instituições financeiras privadas;
- vigiar a interferência de outras empresas nos mercados financeiros e de capitais; e
- controlar o fluxo de capitais estrangeiros garantindo o correto funcionamento do mercado cambial, operando, inclusive, via ouro, moeda ou operações de crédito no exterior.

CVM -A comissão de Valores Mobiliários tem o objetivo de fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários do país. É uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda com amplos poderes para disciplinar e estabelecer medidas de atuação no mercado de valores mobiliários.

A CVM tem por finalidade básica a normatização, fiscalização e o controle do mercado de valores mobiliários, representado principalmente por ações, partes beneficiárias e debêntures, *commercial papers* e outros títulos emitidos pelas sociedades anônimas e autorizados pelo Conselho Monetário Nacional. (NETO, 2018, p.44)

Para Pinheiro (2019 p.61), são funções básicas da Comissão de Valores Mobiliários, entre outras, promover medidas incentivadoras à canalização das poupanças ao mercado acionário; estimular o funcionamento das bolsas de valores e das instituições operadoras do mercado acionário, em bases eficientes e regulares; assegurar a lisura nas operações de compra e venda de valores mobiliários e promover a expansão de seus negócios; dar proteção aos investidores de mercado.

A atuação da CVM abrange, dessa forma, três importantes segmentos do mercado: (a) instituições financeiras do mercado; (b) companhias de capital aberto, cujos valores mobiliários de sua emissão encontram-se em negociação em Bolsas de Valores e mercado de balcão; (c) investidores, à medida que é seu objetivo atuar de forma a proteger seus direitos.

A **SUSEP** por sua vez é uma autarquia responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguros, previdência privada aberta e sociedades de capitalização. É uma instituição executora da política fixada pelo CNSP, cumprindo e fazendo cumprir todas as suas deliberações.

De acordo com Neto (2018, p.53) a Superintendência incorpora, entre outras, as seguintes atribuições: proteção da poupança popular gerada através de operações de seguros, previdência privada aberta e capitalização; atuação no sentido de manter a liquidez e solvência das instituições que atuam em seu segmento de mercado.

A **Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)** atua na fiscalização e na execução das políticas dessas entidades, observadas as diretrizes do CMN e CNPC.

2.1.1.3 Órgãos Operadores

Esse subsistema é composto por instituições bancárias e não bancárias que atuam em operações de intermediação de recursos financeiros.

As instituições financeiras bancárias são compostas pelos Bancos Comerciais, Bancos Múltiplos e Caixas Econômicas.

Para Neto (2018, p.48) **os bancos comerciais** também denominados **bancos de varejo** são instituições financeiras constituídas obrigatoriamente sob a forma de sociedades anônimas que executam operações de crédito caracteristicamente de curto prazo, atendendo, dessa maneira, às necessidades de recursos para capital de giro das empresas, caracterizando-se principalmente pela criação da moeda, estabelecida com base nos depósitos à vista captados no mercado.

“O atendimento é realizado nas agências bancárias e sistemas eletrônicos, entretanto, com o desenvolvimento da tecnologia, os bancos comerciais já oferecem serviços financeiros com o uso de aplicativos sem a necessidade de presença física nas agências bancárias.” (CERRETE, 2018 p.17).

São exemplos de produtos e serviços: conta corrente, cheque especial, crédito pessoal, caderneta de poupança, aplicações em depósito a prazo (CDB), transferências de recursos, serviços de cobrança, administração de folha de pagamento entre muitos outros.

Caracterizado por não apresentarem capacidade de emitir moeda ou meios de pagamento entram as instituições não bancária. Os **bancos de atacado ou bancos de investimentos** atuam oferecendo serviços voltados para grandes empresas atendendo os recursos de captação de recursos a longo prazo e em grandes volumes. Não mantém conta corrente de seus clientes, mas pode atuar na prestação de vários serviços, como avais, fianças custódia, administração de títulos e valores mobiliários, assessoria entre outros serviços.

Os bancos de investimento operam, em grande parte, com recursos de terceiros provenientes principalmente da colocação de certificados de depósitos bancários (CDB), vendas de cotas de fundos de investimento, empréstimos contratados no país e no exterior etc. (NETO, 2018 p.49).

Os **bancos de desenvolvimento** desempenham o papel de promover o desenvolvimento econômico e social da região onde estão atuando. Estas instituições apoiam formalmente o setor privado da economia, principalmente por meio de operações de empréstimos e financiamento, arrendamento mercantil, garantias, entre outras.

Sociedades de crédito, financiamento e investimento são as que realizam operações de crédito de médio e longo prazos, destacando-se por prestação de aceite ou aval em títulos cambiais para concessão de crédito direto ao consumidor.

As **sociedades de arrendamento mercantil** têm por objetivo a realização de operações de arrendamento mercantil (leasing) de bens nacionais, adquiridos de terceiros e destinados ao uso de empresas arrendatárias.

De acordo com Neto (2018, p.50) as **cooperativas de crédito** são instituições voltadas a oferecer créditos e prestar determinados serviços financeiros a seus associados. São equiparadas a uma instituição financeira, tendo seu funcionamento regulado e autorizado pelo Banco Central.

As **sociedades de crédito imobiliário** são aquelas voltadas ao financiamento de operações imobiliárias, envolvendo a compra e a venda de bens imóveis. Prestam apoio financeiro também a outras operações do setor imobiliário, como vendas de loteamentos, incorporações de prédios etc. Essas instituições costumam levantar os recursos necessários por meio de letras imobiliárias e cadernetas de poupança.

As **associações de poupança e empréstimo** (APEs) são as instituições financeiras que atuam também na área habitacional, por meio de financiamentos imobiliários. Elas são integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e costumam atuar de forma restrita a determinada região. São constituídas sob a forma de sociedades civis sem fins lucrativos, sendo de propriedade comum de seus associados.

2.2 MERCADO MONETÁRIO

Carrete (2019, p.32) explica que o mercado monetário é composto, principalmente, pelos bancos comerciais e pelo Banco Central (Bacen), que executa política monetária e regula

e fiscaliza seu funcionamento. A principal função do Bacen é assegurar a liquidez dos agentes econômicos: intermediários financeiros, investidores e tomadores de recursos.

As atividades dentro desse mercado são caracterizadas por seu prazo extremamente curto, no qual os ativos se transformam em dinheiro no menos espaço de tempo possível.

O mercado monetário faz parte do sistema financeiro que é organizado principalmente pelos bancos; no qual o sistema financeiro faz parte de um todo maior chamado de sistema econômico. Os bancos são os principais responsáveis por fazer o câmbio de recursos entre agentes credores e devedores, dando suporte e organização para manter o sistema financeiro e econômico em ordem e sob controle, onde as pessoas recorrem aos intermediários financeiros para encontrarem soluções financeiras de modo a atender suas respectivas necessidades de aplicação ou tomada de crédito.

Os agentes participantes do mercado monetário são os bancos comerciais e o Banco Central do Brasil.

Os bancos comerciais desenvolvem papel significativo dentro desse sistema, estes são instituições financeiras do tipo sociedade anônima, especializadas particularmente em operações de curto e médio prazo. Essas operações consistem na captação de recursos do público mediante emissões de depósitos à vista e a prazo fixo para financiamento geralmente em curto e médio prazos à indústria, ao comércio e ao público em geral. (BRITO, 2020 p.11).

De acordo com Carrete (2019, p.33) Os bancos comerciais atuam para maximizar a transferência de recursos entre agentes superavitários e deficitários, sejam pessoas físicas ou jurídicas: oferecem produtos de investimento para os investidores, os agentes superavitários que têm de ter confiança que seus recursos estarão seguros e acessíveis no momento da decisão do resgate, ou seja, terão liquidez.

Os principais produtos de investimentos comercializados pelos bancos comerciais são a Caderneta de poupança, CDBs, títulos públicos e fundos de investimentos. A captação de recursos gerados a partir disso faz com que haja a disponibilidade para estes serem repassados para as operações de financiamento e empréstimo.

A análise de crédito é extremamente importante para evitar o risco de crédito que sempre se faz presente nas operações de empréstimos e de financiamento.

Carrete (2019, p.33) ressalta a importância de ser realizado o procedimento de análise de crédito:

Os bancos precisam ser especialistas em identificar os clientes deficitários que possuem capacidade de pagar suas obrigações com os bancos, ou seja, os bons pagadores. Essa função é denominada análise de crédito, essencial para a manutenção

da saúde financeira do banco, assegurando assim a disponibilidade de recursos para atender as necessidades de resgate dos clientes investidores.

Para Brito (2020 p.17), outro papel importante que essas instituições financeiras realizam é como agente auxiliar do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB, destacando-se, entre outros, a execução de ordens de pagamento, a efetivação da cobrança de títulos de crédito, a arrecadação de impostos e taxas e a guarda de valores. Todas as ações realizadas pelos bancos comerciais são fiscalizadas pelo Banco Central, que tem o papel de acompanhar a aplicação de recursos e sua liquidez, de disciplinar o crédito e regular seu funcionamento bem como de controlar a expansão da oferta monetária e de punir as instituições quando necessário pelo não cumprimento, ou pelo cumprimento incorreto de suas atitudes perante as normas e regras previamente estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Como citado anteriormente, o Bacen atua como agente fiscal do mercado, uma vez que regula, fiscaliza e controla o funcionamento dos bancos garantindo o bom funcionamento de todo o sistema financeiro.

O Bacen atua como principal executor da política monetária, que tem o objetivo de regular os índices de inflação e garantir o poder aquisitivo da moeda, controlando a oferta da mesma e a taxa de juros. A política monetária tem o objetivo principal de manter a expansão econômica do País, estabilidade de emprego e renda da população; controlar o poder aquisitivo da moeda e equilibrar o balanço de pagamentos.

O controle da oferta de moeda deve garantir a liquidez ideal aos agentes econômicos. Com esse foco, a política monetária trará impactos sobre a demanda por bens e consumo e, conseqüentemente, sobre o ritmo de toda a atividade econômica. (Carrete, 2019 p.38).

Os instrumentos utilizados para alcançar os objetivos da política monetária são vários, sendo os principais: a) emissão de papel-moeda; b) controle das reservas bancárias; c) operações com títulos públicos; d) controle das operações de crédito e) empréstimos às instituições financeiras (operações de redesconto).

2.3 MERCADO DE CRÉDITO

O mercado de crédito é o segmento do mercado financeiro que abrange as operações de empréstimos e financiamentos, entre empresas e bancos, e a concessão de prazo para recebimento das vendas, negociada entre empresas, ou seja, ele visa suprir as necessidades de caixa de curto e médio prazo de vários agentes econômicos, sendo através de concessão de

crédito a pessoas físicas ou por meio de empréstimos e financiamentos a empresas e organizações.

As operações desse mercado são tipicamente realizadas por instituições financeiras bancárias (bancos múltiplos e comerciais).

Nesse ramo de mercado entra também os financiamentos residências e de automóvel, bem como outros bens de consumo duráveis como cita o autor Neto (2018, p.71):

Muitas vezes, são também incluídas no âmbito do mercado de crédito as operações de financiamento de bens de consumo duráveis praticadas pelas sociedades financeiras. Nessa estrutura, a atuação do mercado torna-se mais abrangente, provendo recursos a médio prazo, por meio de instituições financeiras não bancárias, aos consumidores de bens de consumo

A Instituição Financeira recebe recursos de poupador, agente com sobra de recursos assumindo a obrigação de devolver o principal acrescido de juros. É uma posição passiva, ficando o banco devedor dos recursos captados. Exemplos: depósitos à vista e depósitos a prazo fixo. Com o capital levantado junto a investidores de mercado, o banco realiza operações de empréstimos e financiamentos a tomadores carentes de recursos, na expectativa de receber no futuro o principal acrescido de juros. Exemplos: empréstimos e financiamentos concedidos pelos bancos. (NETO, 2018 p.72).

O risco de crédito é um fator importante a considerar dentro desse mercado, pois consiste na possibilidade do não cumprimento das cláusulas contratuais seja o não cumprimento de alguma obrigação na data combinada ou nas condições estabelecidas contratualmente, sendo o principal e mais significativo o risco de inadimplência caracterizada pela probabilidade de que os juros ou o principal não sejam honrados nas datas devidas ou nos valores prometidos. (CERRETE, 2019, p.66).

A carteira de crédito constitui grande participação nos ativos de um banco, é formada por operações de créditos de diferentes modalidades, prazos e riscos. É imprescindível que a instituição possua uma política de crédito adequada ao seu nicho bem como à sua cultura organizacional.

Até ser efetivada a liquidação do crédito por parte do devedor, deve-se haver um acompanhamento sistemático das condições do mesmo, como análise dos demonstrativos financeiros, acompanhamento da periodicidade dos pagamentos e manutenção dos dados cadastrais do mesmo atualizados.

Caso venha ocorrer algum imprevisto como atraso dos pagamentos ou perdas deverão ser tomadas algumas atitudes, como reavaliação das condições do crédito ou renegociação da

dívida. As políticas de cobrança compreendem ações adotadas visando cobrar os valores nas datas previstas, caso não ocorra, alguns procedimentos como um contato com o cliente por telefone ou visita, notificação do atraso ou protesto devem ser postos em ação.

O crédito bancário pode ser oferecido pelos bancos e outras instituições financeiras de através de diferentes tipos de instrumentos; como financiamentos de curto e longo prazo, empréstimos pessoais, empréstimos para empresas, crédito consignado, entre outros. Os principais produtos comercializados nesse mercado, segundo Carrete (2019, p 92) são:

a) crédito imobiliário: quando os recursos têm como objetivo a aquisição de imóveis ou a construção civil; b) crédito para o comércio exterior, para as importações e exportações; c) crédito agrícola ou crédito rural: quando os recursos têm como objetivo estimular o custeio e os investimentos rurais pelos produtores e cooperativas; d) crédito ao consumidor: quando os recursos são destinados à aquisição de bens duráveis; e) crédito educativo: quando os recursos têm como objetivo o financiamento da formação educacional.

2.4 MERCADO CAMBIAL

O mercado cambial é o segmento financeiro em que ocorrem operações de compras e vendas de moedas internacionais conversíveis, ou seja, em que se verificam conversões de moeda nacional em estrangeiras e vice-versa. (NETO 2018, p.99)

Para Carrete (2019, p.25) participam do mercado cambial: a) operadores de importação e exportação; b) instituições financeiras que intermediam essas operações; c) investidores que buscam ganhos nas diferenças de cotações de moedas; d) recebedores de capital do exterior; e) agentes que realizam remessa de remuneração sobre capital próprio.

As ações realizadas dentro do mercado cambial são realizadas pela necessidade de determinadas circunstâncias, que obrigatoriamente são desenvolvidas quando envolve a comercialização de bens e serviços entre duas moedas diferentes. As operações de câmbio são utilizadas por importadores e exportadores que procuram operadores de câmbio para comprar ou vender moeda estrangeiras, de acordo com suas respectivas necessidades, obtidas através de importação ou exportação. Outra situação que envolve o mercado de câmbio é desenvolvida por emissores de títulos de dívida do exterior que recebem moeda estrangeira, convertem para reais e periodicamente devem remeter juros e o principal da dívida.

As operações de câmbio também são necessárias quando há transferência de recursos oriundos do capital repassado de uma empresa matriz no exterior para a filial no país; bem como

empresas multinacionais que convertem reais em moeda estrangeira para remeter dividendos ao exterior, bem como por empresas que pagam em *royalties* no exterior.

Outra situação que envolve diretamente o mercado de câmbio é a demanda de conversão de moeda para gastos pessoais de turistas e viajantes.

Neto, (2018, p.99) as operações de câmbio são realizadas da seguinte forma:

As operações cambiais processam-se basicamente por meio de operadores (corretores) de câmbio, que são especialistas vinculados às instituições financeiras na função de transacionar divisas, e as corretoras de câmbio, que atuam como intermediários entre os operadores e os agentes econômicos interessados em comprar ou vender moedas.

O corretor de câmbio intervém nas operações cambiais aproximando as partes interessadas em negociar divisas e municiando os participantes com importantes informações relacionadas às negociações e taxas de mercado.

O Banco Central assim como as instituições financeiras exercem funções imprescindíveis para fazer com que as transações possam acontecer.

“No mercado cambial, enquanto as instituições financeiras atendem às demandas de seus clientes no comércio exterior, nas remessas para o exterior ou no ingresso de capitais, o Banco Central age no sentido de regular o fluxo e o estoque de reservas internacionais.” CARRETE (2019, p.126).

O Banco Central, de forma mais específica, atua nesse mercado cambial visando principalmente ao controle das reservas cambiais da economia e manter o valor da moeda nacional estável em relação a outras moedas internacionais.

A troca de moedas realizada nas operações cambiais observa duas faixas de cotação sendo elas o câmbio comercial e o câmbio turismo, onde o primeiro reflete a relação de compra e venda de moedas oriundas das operações de exportação, importação de produtos e serviços, frete, comissão de agente, emissão de títulos de dívida internacional, pagamento de juros de financiamentos, ingresso de capital, remessa de dividendos e royalties, operações financeiras efetuadas por pessoa jurídica e transações no mercado interbancário de moedas; e o câmbio turismo é a cotação utilizada para compra e venda de moeda estrangeira nas atividades de turismo e gastos pessoais em viagens, pagamento de despesas referentes a estudos, congressos, competições esportivas, tratamento médico etc.

Pinheiro (2019 p.473), argumenta que a taxa de câmbio que é o preço, em moeda nacional, de uma unidade de moeda estrangeira, nos permite calcular a relação de troca, ou seja,

o preço relativo entre diferentes moedas. Ela influi diretamente no desempenho das bolsas de valores, uma vez que afetam toda a economia.

2.5 MERCADO DE CAPITAIS

Segundo Neto (2018, p.81) O mercado de capitais assume papel dos mais relevantes no processo de desenvolvimento econômico, sendo o grande municiador de recursos permanentes para a economia decorrente da ligação que efetua entre os que têm capacidade de poupança, ou seja, os investidores, e aqueles carentes de recursos de longo prazo, ou seja, que apresentam déficit de investimento.

Pinheiro (2019, p.157) conceitua o mercado de capitais da seguinte forma:

O mercado de capitais pode ser definido como um conjunto de instituições e de instrumentos que negociam com títulos e valores mobiliários, objetivando a canalização dos recursos dos agentes compradores para os agentes vendedores. Ou seja, o mercado de capitais representa um sistema de distribuição de valores mobiliários que tem o propósito de viabilizar a capitalização das empresas e dar liquidez aos títulos emitidos por elas.

Nesse sentido, o mercado de capitais é o segmento de mercado onde são realizadas as operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários que são negociados entre empresas, investidores e intermediários, com característica principal de ter os recursos repassados para os agentes deficitários através de operações de médio e longo prazo. Essa é a principal característica que difere o mercado de capitais do mercado de crédito, uma vez que nesse segmento, os bancos de investimento, os bancos múltiplos com carteira de investimento, as corretoras de valores e as distribuidoras de valores mobiliários atuam como prestadores de serviços às empresas emissoras, auxiliando-as na colocação dos títulos aos investidores.

A Lei nº 6.385/1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), define valores mobiliários como os títulos ou contratos de investimento coletivo que gerem direito de participação, de parceria ou remuneração, inclusive resultante da prestação de serviços, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros. De acordo com seu artigo 2º:

“Art. 2º São valores mobiliários sujeitos ao regime desta Lei:

I – as ações, debêntures e bônus de subscrição;

II – os cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramento relativos aos valores mobiliários referidos no inciso II;

- III – os certificados de depósito de valores mobiliários;
 - IV – as cédulas de debêntures;
 - V – as cotas de fundos de investimento em valores mobiliários ou de clubes de investimento em quaisquer ativos;
 - VI – as notas comerciais;
 - VII – os contratos futuros, de opções e outros derivativos, cujos ativos subjacentes sejam valores mobiliários;
 - VIII – outros contratos derivativos, independentemente dos ativos subjacentes; e
 - IX – quando ofertados publicamente, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo, que gerem direito de participação, de parceria ou de remuneração, inclusive resultante de prestação de serviços, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros.
- § 1º Excluem-se do regime desta Lei:
- I – os títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal;
 - II – os títulos cambiais de responsabilidade de instituição financeira, exceto as debêntures.”

Com isso, são valores mobiliários: a) todos os listados nos incisos I a VIII do artigo 2º da Lei nº 6.385/1976; b) quaisquer outros criados por lei ou regulamentação específica, como os certificados de recebíveis imobiliários (CRIs), os certificados de investimentos audiovisuais e as cotas de fundos de investimento imobiliário (FII), entre outros; e c) quaisquer outros que se enquadrem no inciso IX da Lei, conforme citado acima.

O mercado primário consiste na emissão de novos títulos mobiliários, utilizados pelas empresas de modo a captar recursos financeiros. O mercado secundário é onde circula a compra e venda de títulos já existentes no mercado, de modo que os recursos não vão diretamente para a empresa emissora dos títulos/ações, entretanto, é no mercado secundário que se forma o preço dos títulos mobiliários, como o preço de mercado das ações, por exemplo.

Dentro desse mercado, existem títulos gerados com emissão pública, voltados para o público investidor em geral e os títulos com emissão privada, onde a emissão é exclusivamente voltada para uma classe de investidores com grande especialização chamados Investidores Qualificados.

A bolsa de valores por sua vez é o ambiente criado para a negociação dos títulos no mercado secundário, cujos investidores são representados por agentes denominados corretoras de valores, visando facilitar as negociações e a transparência das informações. No mesmo sentido, o mercado de balcão é o local onde ocorrem as negociações dos títulos não registrados em bolsa, mercado esse também conhecido por *over the counter* (OTC).

2.6 PRINCIPAIS TIPOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

De acordo com Lawrence J. Gitman e Michael D. Joehnk (2012) investimentos financeiros são considerados qualquer instrumento em que os fundos podem ser aplicados com expectativa que gerarão renda positiva e/ou que o valor será preservado ou aumentado.

Conforme exposto por Bodie, Kane e Marcus (2014, p. 22), “Investimento é o comprometimento de dinheiro ou de outros recursos no presente com o Comprometimento de expectativa de colher benefícios futuros.”

Os mercados financeiros e os diferentes instrumentos financeiros negociados nesses mercados possibilitam que os investidores com maior preferência por risco arquem com esse risco, enquanto outros, menos tolerantes, podem ficar mais nos bastidores (BODIE, KANE e MARCUS, 2014, p. 26).

Dentro do mercado financeiro o investimento tem outro significado, para os empresários o processo de investimento de capital, pode ser para a criação de produto, ampliação de capacidade produtiva, segundo Neto e Lima (2017, p.164).

Em seguida serão abordados os principais tipos de investimentos, onde serão separados por investimentos de renda fixa e renda variável.

2.6.1 Renda Fixa

De acordo com Paulo Lamosa Berger (2021) podemos definir um ativo de renda fixa aquele que tem como característica principal o conhecimento do valor de resgate no início do prazo de aplicação.

Nesse tipo de aplicação financeira, o investidor empresta dinheiro para bancos, governos ou empresas que em contrapartida pagam uma remuneração pelo capital emprestado, popularmente conhecido como taxa de juros.

Na prática para quem emite um título, é uma forma de captar recursos e financiar seus projetos ou negócios, um banco por exemplo emite títulos para que um investidor financie seus clientes quando estes requerem empréstimos, uma empresa por exemplo capta recursos para financiar seus projetos, assim como o governo federal usa-se do dinheiro investido para financiar as próprias dívidas públicas.

2.6.1.1 Renda fixa pré e pós-fixada

Investimentos com taxa pré-fixada são os mais procurados para investidores de perfil conservador por ser caracterizado pelo seu baixo risco. É o investidor que escolhe o valor que vai investir e por quanto tempo vai deixar o valor investido. Nesse tipo de investimento, é possível projetar o valor líquido a ser resgatado antes mesmo da sua contratação, dando mais segurança e confiança a quem está investindo, desde que este respeite o prazo acordado no momento da contratação.

Segundo exemplo de Cerbasi (2008, p. 138):

Ao pesquisar os CDBs que seu banco lhe oferece para uma aplicação de R\$1.000, uma das opções é investir durante 12 meses, a juros de 10% ao ano. Ao optar por este investimento, você sabe que receberá, antes do pagamento do Imposto de Renda, um montante de R\$ 1.100 ao final do ano.

Convém destacar que investimentos de renda fixa pré-fixados podem apresentar grandes riscos, caso os juros aumentem (Taxa Selic) o valor do título adquirido antes tende a não aumentar tanto quanto um título novo, podendo gerar perdas.

Outra situação onde os títulos de renda fixa podem acarretar perdas, é quando houver a necessidade de vender antes do período de vencimento, ou quando a taxa básica de juros tenha sido elevada como falado anteriormente. Isso porque o desconto ao valor do título será maior, visto que seu valor máximo é sempre R\$ 1 mil.

Já os investimentos com taxas pós-fixadas, possuem a rentabilidade atrelada em algum tipo de índice, como exemplo; Taxa Selic, CDI, variação do IPCA ou IGPM acrescido de um percentual.

Segundo Cerbasi (2008, p. 138):

Digamos que para os mesmos R\$ 1000 que você deseja aplicar, o banco lhe oferece dois CDBs; um deles pagará 90% do CDI, enquanto o outro pagará 6% ao ano acima da inflação medida pelo IPC-A. Neste caso você não sabe de antemão quanto terá ao final dos 12 meses, pois, seu resultado dependerá da evolução dos indicadores. Se, na primeira opção, o CDI acumulado em 12 meses for de 10%, você receberá 90% desse índice, ou 9% antes do imposto. Na segunda opção, se a inflação for de 3,5%, você receberá 9,5% antes da retenção do imposto.

Importante destacar que investimentos de renda fixa, independente da taxa pré ou pós-fixada não possuem prazo mínimo obrigatório, porém, para aplicações inferiores a 30 dias, é aplicado uma alíquota de IOF regressiva, penalizando os investidores de curtíssimo prazo. Caderneta de Poupança e títulos que estão vinculados a financiamentos imobiliários estão isentos deste tributo bem como outros títulos que possuem benefícios fiscais.

2.6.1.2 Caderneta De Poupança

A caderneta de poupança é um dos investimentos mais comuns realizados no Brasil, conhecida por sua simplicidade de manuseio, combinado com a segurança que passa ao investidor e por possuir liquidez diária a poupança torna-se essa opção de investimento mais aderida ao público comum e leigo acerca do mercado financeiro.

A poupança no Brasil tem seu rendimento definido por uma regra atrelada ao valor da Selic, a taxa básica de juros da economia brasileira. A regra é a seguinte: quando a Selic é menor ou igual a 8,5% ao ano, o rendimento da poupança será de 70% da Selic mais a Taxa Referencial (TR); já quando a taxa Selic é maior que 8,5% ao ano, o rendimento da poupança é fixado em 0,5% ao mês mais a TR.

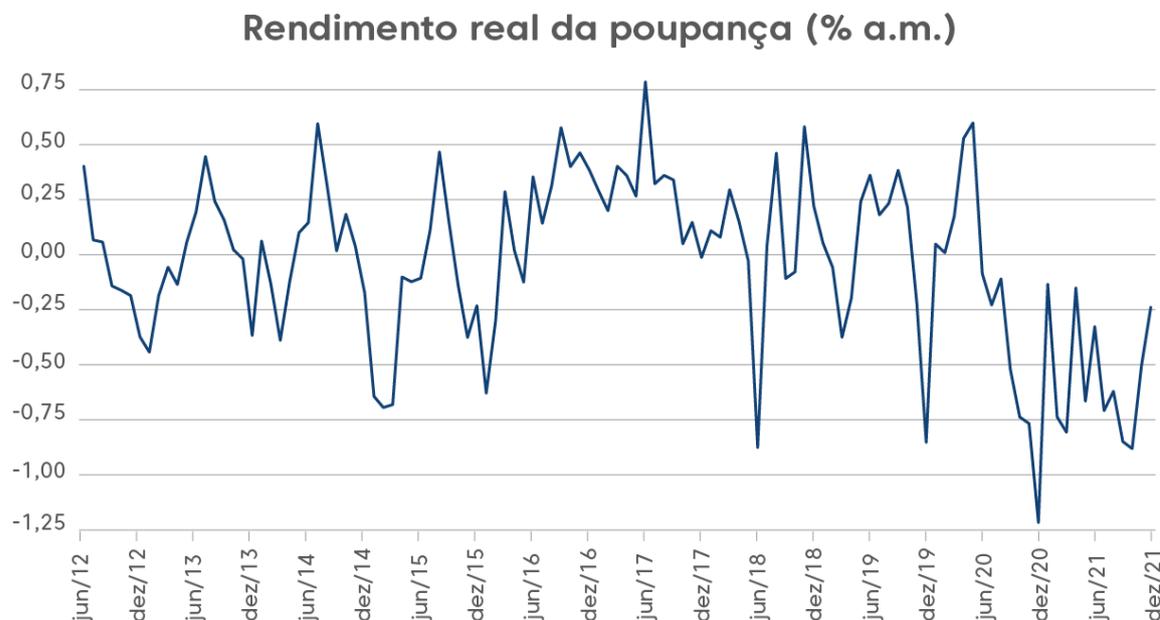


Gráfico 1 – Rendimento real da poupança (% a.m.)

Fonte: Febran, 2022.

2.6.1.3 CDB

De acordo com Roberto Ferreira (p 123, 2015) os títulos de crédito Certificado de Depósito Bancário (CDB) e Recibo de Depósito Bancário (RDB) também conhecido como Depósito a Prazo são instrumentos de captação de poupança com diferença entre suas modalidades que são subdivididas em três tipos. A diferença entre os dois é que o CDB pode ser negociado ou resgatado no mercado secundário por endosso normativo antes do seu vencimento desde que respeite os prazos mínimos de vencimento, enquanto que o RDB não tem essa possibilidade a menos que sejam situações específicas de caráter emergencial desde que tenha a anuência da instituição financeira, porém tais antecipações em ambos os casos não são aconselháveis uma vez que as perdas de rentabilidade são apreciáveis para que os vende antes dos respectivos prazos de vencimentos originais dos títulos.

As modalidades mais comuns desse tipo de investimento são:

CDB/RDB prefixados: são títulos fornecedores de uma remuneração ou taxa prefixada, já definida no momento da aquisição do título, o que torna já conhecido ao investidor os valores de resgate bruto ou líquido. São remunerações que variam de uma instituição para outra, prazo de aplicação, reciprocidade com a instituição e taxas que são crescentes de acordo direto com o volume de valores aplicados. São taxas livres de negociação entre o aplicador e a instituição financeira.

CDB/RDB pós-fixados: essa é a modalidade de CDB/RDB mais comum no mercado financeiro. A taxa de rentabilidade de um título pós-fixado é atrelada a um indexador da economia, em geral o CDI ou o IPCA (inflação), o que significa que a rentabilidade vai oscilar até a data de vencimento do título.

2.6.1.4 Tesouro Direto

Segundo o Governo Federal, o programa Tesouro Direto foi criado 7 de janeiro de 2002 pela STN em conjunto com a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), com o objetivo de vender títulos públicos diretamente às pessoas físicas. Em novembro de 2008 a CBCL foi incorporada à bolsa de valores oficial do Brasil, a BM&F-BOVESPA. Em março de 2017, a BM&F-BOVESPA se fundiu com a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) para formar a atual B3 – “Brasil Bolsa Balcão”. Nessa conjuntura atual, o TD é uma parceria entre o STN e a B3, onde a primeira instituição é responsável pela emissão e

recompra dos títulos públicos ofertados e a segunda é responsável por custodiar os títulos dos investidores no ambiente do programa (STN, 2017).

De acordo com o Tesouro Nacional O Tesouro Direto é uma alternativa de investimento que oferece títulos com diferentes tipos de rentabilidade (prefixada, ligada à variação da inflação ou à variação da taxa de juros básica da economia -Selic), diferentes prazos de vencimento e também diferentes fluxos de remuneração.

Tesouro prefixado: Novo nome dado ao LTN (Letra do tesouro Nacional) O Tesouro Direto prefixado é um título de Renda Fixa com taxas de juros determinadas no momento da contratação. Ou seja, quando você empresta o seu dinheiro ao governo e já sabe de cara exatamente o quanto vai receber ao final do prazo do título.

LFT. O nome atual dos títulos LFT é **Tesouro Selic**. Esse tipo de título remunera de acordo com as variações da taxa Selic.

Sendo assim, ele é um tipo de título pós-fixado. Isso significa que, quando a Selic sobe, a sua remuneração também é elevada e vice-versa. Uma vantagem desse tipo de título é a liquidez diária.

Em síntese, a liquidez é a facilidade com que você consegue resgatar uma aplicação. Nesse sentido, a liquidez diária é quando você pode resgatar a sua aplicação a qualquer momento.

NTNB. A sigla NTNB é o **Tesouro IPCA+**. Esse é um título híbrido que remunera o IPCA mais uma taxa de juros prefixada.

Ou seja, a grande diferença entre LTN e NTNB é que o LTN tem o rendimento prefixado e a NTNB tem o rendimento híbrido. A grande vantagem do Tesouro IPCA+ é que você tem um ganho acima da inflação.

Isso é muito importante pois a inflação corrói o poder de compra do dinheiro. Desse modo, ao obter um rendimento acima da inflação, o seu patrimônio cresce de fato.

Vale destacar que existem dois tipos de tesouro IPCA+. A diferença entre eles está na remuneração. No Tesouro IPCA+ você recebe os juros no vencimento da aplicação.

Já no Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais, você recebe os juros todos os meses. Se levarmos em conta a mágica dos juros compostos, a opção com juros semestrais não vale tanto a pena.

Sendo que o Tesouro IPCA+ com juros apenas no vencimento pode ser chamado também de NTNB comum. Por outro lado, o Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais é o NTNB principal.

2.6.1.5 LCI e LCA

De acordo com Roberto Ferreira (p.151, 2015) as Letras de crédito Imobiliário (LCI) são títulos de crédito de renda fixa, lastreados por crédito imobiliário e garantido por hipotecas ou por alienação fiduciária de imóveis.

As remunerações creditadas podem ser através de taxas de juros pre ou pós-fixadas, atreladas a percentuais de Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), à Taxa Referencial (TR) à Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) e, em algumas modalidades destes títulos, atualização monetária por índices de preços setoriais ou gerais.

Ainda segundo ele, a maior diferença competitiva em relação aos demais títulos privados e públicos é que assim como a caderneta de poupança para pessoa física, o LCI também não possui incidência de Imposto de Renda.

2.6.1.6 Letra De Câmbio

Letra de Câmbio (LC) é um título de Renda Fixa, assim como o CDB (Certificado de Depósito Bancário). Elas, geralmente, são oferecidas por sociedades de crédito, financiamento e investimento, popularmente conhecidas como financeiras.

Ao adquirir um destes títulos quem compra está "emprestando" seu dinheiro para a empresa que emitiu esse título. Em troca o investidor receberá o valor acrescido de juros e correção monetária, sendo que esse retorno ocorre dentro de um prazo combinado no ato da compra.

Existem 3 principais tipos de Letra de Câmbio, divididos de acordo com a forma de rentabilidade. A seguir, veja quais são eles:

LC prefixada: Nesta categoria, o investidor sabe a rentabilidade que terá ao resgatar o seu investimento. Ou seja, no momento da aplicação é possível ter uma noção exata de quanto renderá o seu dinheiro.

LC pós-fixada: Ao contrário da prefixada, esta modalidade dá apenas uma estimativa do quanto o investidor receberá na data de vencimento. Isso acontece porque a remuneração está normalmente atrelada à taxa do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que varia conforme o mercado financeiro. Apesar disso, muitos especialistas a indicam como a opção mais segura entre as Letras de Câmbio.

LC híbrida: A Letra de Câmbio híbrida é uma mistura entre as duas opções que acabamos de citar. Nela, parte da rentabilidade está ligada a juros prefixados e a outra parte a um indexador, que pode ser, por exemplo, o CDI ou o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor), também conhecido como índice da inflação.

2.6.1.7 CRI/CRA

Os CRI (Certificado de Recebíveis Mobiliários) e CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) são papéis de renda fixa distintos, mas com características em comum.

De forma resumida, esses certificados de recebíveis são emitidos por empresas privadas – as tais securitizadoras – e são lastreadas em operações de crédito ligadas aos setores imobiliário e do agronegócio.

Abreu e Silva (2017) descrevem CRIs e CRAs como títulos securitizados de renda fixa. A securitização é um mecanismo que cria liquidez por meio do agrupamento de dívidas contratuais e venda dos direitos creditórios a investidores reduz o risco dos credores (empresas), já que divide a propriedade da obrigação das dívidas.

Por serem papéis de renda fixa, a remuneração que os certificados de recebíveis oferecem aos investidores segue um modelo semelhante ao de outros investimentos da categoria, com: remuneração prefixada, pós-fixada ou remuneração atrelada à inflação.

2.6.1.8 Debêntures

Segundo a BM&FBOVESPA (B3, 2018, não paginado), debêntures podem ser definidas como:

É um título de dívida que gera um direito de crédito ao investidor. Ou seja, o mesmo terá direito a receber uma remuneração do emissor (geralmente juros) e periodicamente ou quando do vencimento do título receberá de volta o valor investido (principal). No Brasil, as debêntures constituem uma das formas mais antigas de captação de recursos por meio de títulos.

Apesar de ter características parecidas com as aplicações de renda variável, é um título de renda fixa, um título de valor mobiliário emitido por sociedades por ações decorrentes de

seu endividamento, que assegura aos seus detentores o direito de crédito contra a companhia emissora.

Em seu artigo 52, a Lei nº 6.404/76, conhecida como Lei das Sociedades Anônimas, dispõe sobre debêntures, afirma que elas pode ser emitidas exclusivamente pelas “companhias” e institui que é obrigatória a expedição da Escritura de Emissão, em que ficam estabelecidos direitos e deveres da empresa emissora e dos debenturistas. Versando sobre os riscos, o maior seria o de crédito, ou seja, da entidade emissora não honrar com o compromisso, logo, é essencial a intervenção de um agente fiduciário, este é uma pessoa autorizada e responsável por representar os direitos dos debenturistas perante a empresa e, no caso de inexecução, tem autonomia para solicitar a solvência da empresa. Importante ressaltar que as debentures não possui proteção do FGC (Fundo Garantidor de Crédito) como algumas outras modalidades de investimento.

As debêntures podem ser negociadas por meio da oferta pública, regidas pela instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, ou pela instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, sendo esta privada, ou seja, são oferecidas diretamente aos investidores pelas entidades financeiras no mercado de bolsa e de balcão organizado. A CVM esteve diretamente ligada à instrução nº 476, seu objetivo principal é possibilitar o acesso ao mercado de capitais a todos, fornecendo informação segura e transparente aos investidores e, assim, alavancando a economia do país.

2.6.2 Renda Variável

2.6.2.1 Ações

O capital social de uma sociedade anônima, expresso em moeda nacional pode compreender qualquer espécie de bens, suscetíveis de avaliação em dinheiro. Esse capital social, por sua vez, divide-se em parcelas e estas, dividem-se em ações. Nesse sentido, as ações podem ser conceituadas como uma parcela do capital social, constitui o título representativo dos direitos e obrigações do acionista.

De acordo com o Banco do Brasil, Ações são títulos de renda variável que representam a menor parcela do capital social de uma empresa. Trata-se de uma modalidade de investimento

que não conta com a garantia do Fundo Garantidor de Crédito - (FGC). Emitidas por Sociedades Anônimas, as ações dividem-se em:

Ações Ordinárias - São ações que têm direito a voto nas Assembleias de Acionistas. Embora o ordinarista tenha direito a voto isso não significa que ele seja responsável pelas dívidas da empresa.

Preferenciais - São ações que têm a preferência no recebimento de dividendos. No caso de falência ou liquidação da empresa, os preferencialistas têm maiores chances de recuperar seus investimentos. Geralmente não possuem direito de voto.

2.6.2.2 Fundos De Investimento

De acordo com o Guia de Fundos do site da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID, 2006:02):

“Um fundo de investimento é um condomínio que reúne recursos de um conjunto de investidores, com o objetivo de obter ganhos financeiros a partir da aquisição de uma carteira de títulos ou valores mobiliários.”

Nesse sentido, os fundos de investimento são uma modalidade que permite que os pequenos investidores tenham acesso a melhores condições atuais de mercado, menores custos e contem com administração profissional. Além disso, eles tornam possível a diversificação dos investimentos através da aplicação em suas diferentes classes, visando diluir os riscos atrelados à operação e aumentar o potencial de retorno.

A administração desses recursos é feita por uma instituição financeira que cobra do fundo uma taxa de acordo com seus estatutos. A instituição financeira administradora deve dispor de um departamento técnico para escolher as melhores alternativas de aplicação, dentro das características de sua carteira.

A chamada indústria dos fundos vem crescendo no Brasil, principalmente por oferecer conhecimentos técnicos feitas por profissionais da área, além de que a rentabilidade dos fundos é igual para todos os condôminos, independentemente do seu capital, diferentemente do que ocorre com títulos de renda fixa onde o rendimento é maior conforme for maior o capital aplicado.

Outra vantagem de se investir em Fundos de Investimentos é que por movimentar grandes quantias, os fundos obtêm uma economia de escala que é repassada aos condôminos e pelo grande valor que tem na sua carteira, o fundo pode conseguir melhores condições para aplicação de seus recursos, negociando com as empresas e até influenciando em sua administração

Segue abaixo a classificação das principais modalidades de Fundos de Investimentos que existem no mercado, com suas principais características. Além destes, existem outras classificações de fundos de investimentos, cada um com suas características específicas.

MODALIDADES DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	
Categoria	Descrição
Curto Prazo	Tem uma carteira com prazo médio inferior a 60 dias, composta por títulos públicos federais ou privados, pré ou pós fixados, com prazo máximo de 375 dias.
Referenciado	Carteira composta por ativos alocados de forma a acompanhar a variação de um indicador de desempenho específico, que é identificado no nome do fundo.
Renda Fixa	Sua carteira é composta por ativos relacionados à variação da taxa de juros doméstica ou de índice de preços
Ações	Aloca no mínimo 67% de seu patrimônio em ações negociadas em Bolsa.
Cambial	Objetiva acompanhar variação de preço apenas da moeda estrangeira ou da moeda estrangeira e da taxa de juros dos títulos que investe.
Dívida Externa	Tem no mínimo 80% do seu patrimônio em títulos representativos da dívida externa de responsabilidade da união, sendo também permitida a aplicação de até 20% em títulos de créditos diversos no mercado internacional.
Multimercado	Possui uma política de investimento baseada em vários fatores de risco, sem compromisso de concentração em um mercado específico. Utiliza-se em sua carteira de estratégias de renda fixa, câmbio, ações entre outras.

Tabela 1 – Modalidades de fundos de investimento

Fonte: Anbima

2.6.2.3 Fundos Imobiliários

Segundo a CVM, Fundos Imobiliários (FII) são fundos de investimento destinados à aplicação em empreendimentos imobiliários, o que inclui, além da aquisição de direitos reais sobre bens imóveis, o investimento em títulos relacionados ao mercado imobiliário, como letras de crédito imobiliário (LCI), letras hipotecárias (LH), cotas de outros FII, certificados de

potencial adicional de construção, (CEPAC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI), e outros previstos na regulamentação.

Um título desse segmento consiste em um fundo de investimentos no qual um conjunto de interessados aplica seu dinheiro para que a gestora do fundo possa construir, adquirir, arrendar e alugar imóveis (galpões logísticos, shoppings, entre outros).

Essa definição serve para conceituar um dos tipos de FIIs mais famosos, que são os fundos de tijolo. Existem ainda outros dois: os de papel e os FOFs (fundo de fundos). Enquanto o primeiro tem seu portfólio voltado para títulos de renda fixa ligado ao setor imobiliário, como o CRIs, o segundo orienta sua carteira para investir em outros fundos imobiliários.

Assim como as ações, os FIIs geram rendimentos aos acionistas por meio da valorização dos ativos e por meio do pagamento de dividendos. Aqui, o pagamento de dividendos geralmente é mais frequente e costuma ser mensal.

2.6.2.4 Derivativos

Os derivativos podem ser ramificados em diversos tipos de renda variável, como o mercado de futuros, opções e *swaps*, entre os mais famosos. Como o próprio nome indica, esses ativos são contratos financeiros atrelados a índices variados, como:

Commodities: na B3, por exemplo, há a oferta de contratos atrelados ao preço da soja, milho, café, entre outros.

Índices do mercado financeiro: como o IBovespa, S&P 500, Taxa básica de juros e outras várias possibilidades.

Câmbio: por exemplo, o mercado futuro de dólar oferta contratos baseados no preço dessa moeda no mercado à vista. Os acordos preveem o compromisso de compra e venda de um bem quando ele chegar a um preço ou data pré-estabelecida.

2.6.2.5 Câmbio

O mercado de câmbio é um ambiente global onde ocorre a comercialização de moedas estrangeiras. É uma das principais formas de aplicar em ativos ligados ao exterior e ter resultados positivos.

Como mercado internacional aquecido, a variação no valor de uma moeda estrangeira devido a diversas influências pode ser uma oportunidade para ter lucratividade.

Mercado de câmbio é um ambiente onde são negociadas moedas entre países, basicamente um comércio monetário global. Os agentes econômicos se referenciam em regras cambiais para vendedores e compradores que realizam a troca das moedas, chamadas de divisas.

A troca de moedas é a operação básica do mercado de câmbio, que é feita por um agente autorizado pelo Banco Central do Brasil. As demais operações realizadas no mercado são as seguintes:

Transferências, pagamentos e recebimentos com cartões internacionais;

Transferências financeiras internacionais;

Compra e venda de moedas estrangeiras;

Investimentos em moedas estrangeiras.

De acordo com o Banco Central, as operações podem ser feitas por pessoa física e jurídica. Entretanto, é exigido que uma das partes sejam autorizadas pelo Banco Central para atuar dentro da legalidade.

3. MÉTODO DE PESQUISA

Dentre as classificações que existem em trabalhos de caráter científico, visando o esclarecimento da maneira com que a pesquisa será realizada, de modo a nortear o processo e levar uma maior compreensão dos fatos e informações ao leitor, a pesquisa pode ser classificada segundo a espécie, os objetivos, a abordagem do problema e aos procedimentos técnicos. Desse modo nesse capítulo, serão apresentados os procedimentos metodológicos que foram adotados no presente trabalho, afim de chegar nos resultados propostos no objetivo geral e específicos.

3.1 CLASSIFICAÇÃO QUANTO À ESPÉCIE

Os produtos de investimentos são ofertados aos respectivos interessados das mais diversas formas de serviços, e a escolha da melhor opção visando a obtenção de melhores resultados depende intrinsecamente de um determinado nível de conhecimento acerca dos mesmos. Nesse sentido, a pesquisa realizada pode ser caracterizada, segundo a espécie como uma pesquisa-diagnóstico, uma vez que pretendeu-se analisar a evolução de diferentes tipos de investimentos em um determinado período de tempo, com o objetivo de comparar os resultados entre elas e levar ao leitor uma explicação do porque determinado tipo de aplicação financeira é mais vantajosa que outra, bem como apresentar o histórico de evolução até chegar aos resultados obtidos no final do período estudado.

A pesquisa-diagnóstico propõe-se levantar e definir problemas, explorar o ambiente. O diagnóstico normalmente reporta-se a uma situação, em um momento definido. A rigor, qualquer mudança organizacional deveria ser precedida de uma fase diagnóstico. (Roesch, 1996, p.77)

De acordo com Roesch (1996) a pesquisa-diagnóstico é um tipo de pesquisa que permite que se explore o assunto abordado, podendo identificar problemas a serem tratados, e por fim indicar soluções. Ainda segundo ele, esse tipo de pesquisa tem como intuito levantar e definir problemas, explorando o ambiente organizacional ou uma situação específica como a que está sendo estudada nesse trabalho.

No presente trabalho, o objetivo é fazer uma análise de determinados tipos de aplicações que existem no mercado financeiro, de forma a comparar os resultados de investimentos entre cada uma delas e levar ao leitor o entendimento de qual ou quais foram as opções mais

vantajosas dentre as estudadas e apresentar a evolução destes mesmos resultados ao longo do período estudado.

3.2 CLASSIFICAÇÃO QUANTO AOS OBJETIVOS

Partindo do princípio de que o objetivo do presente trabalho se baseia no cruzamento de dados mercadológicos existentes, com o objetivo de gerar informações estratégicas para embasar tomadas de decisões referentes a escolha da melhor decisão de investimento, baseada em um histórico de período de tempo analisado, podemos determinar que a classificação da pesquisa quanto aos objetivos é considerada uma pesquisa descritiva.

A pesquisa descritiva visa efetuar a descrição de processos, mecanismos e relacionamentos existentes na realidade do fenômeno estudado, utilizando, para tanto, um conjunto de categorias ou tipos variados de classificações (NEUMAN, 1997).

Gil (2019, p.26) define a pesquisa descritiva com o objetivo principal de apresentar:

(...) a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Nesse sentido, quando utilizado essa metodologia de trabalho a base para a construção do conteúdo é dada pela apresentação de dados já formulados entre a população e/ou fenômeno abordado, sem que haja uma modificação do observador.

3.3 QUANTO A ABORDAGEM

De acordo com Richardson (1985), os estudos de natureza descritiva propõem-se a investigar as características de um fenômeno como tal, explorando particularmente, as técnicas de observação, entrevistas, análises de conteúdo e análises históricas. Com isso, uma vez que o presente trabalho realiza as análises históricas de evolução de taxas e resultados baseados em um determinado período de tempo, pode-se classificar este estudo de natureza descritiva partido do conceito adotado pelo autor.

Esse tipo de pesquisa, segundo Sellitz et al. (1965), busca descrever um fenômeno ou situação em detalhe, especialmente o que está ocorrendo, permitindo abranger, com exatidão, as características de um indivíduo, uma situação, ou um grupo, bem como desvendar a relação entre os eventos.

Do ponto de vista metodológico, os modelos qualitativos defendem que a melhor maneira para se captar a realidade da situação que este sendo investigada é aquela que possibilita ao leitor colocar-se no lugar do outro, apreendendo os fenômenos pela visão dos pesquisadores. Assim, a pesquisa qualitativa ou naturalista, segundo Bogdan & Biklen (2003), envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes. Entre as várias formas que pode assumir uma pesquisa qualitativa, destacam-se a pesquisa do tipo etnográfico e o estudo de caso.

Há pesquisadores que consideram pesquisas de método mistos aquelas em que foram utilizadas tanto técnicas quantitativas como descritiva para coleta dos dados. A rigor, pesquisa de métodos mistos é aquela em que o investigador coleta e analisa dados ou achados e extrai inferências usando abordagens ou métodos quantitativos e descritivos em um único estudo ou programa de investigação (TASHAKKORI; CRESWELL, 2007). Isso significa que as pesquisas de métodos mistos combinam harmoniosamente procedimentos descritivos e qualitativos.

No caso do presente trabalho, a utiliza-se tanto a abordagem descritiva quanto a abordagem qualitativa. A característica da abordagem descritiva é observada na explanação do Sistema Financeiro Nacional, sua estrutura e funcionamento, esse procedimento faz com que a pesquisa tenha abordagem descritiva. Porém a coleta de dados e o tratamento dos mesmos, fazem com que a pesquisa seja classificada como quantitativa, pois todo o desenvolvimento da pesquisa no que diz respeito aos índices, é feito de forma numérica, com uso de índices e percentuais.

3.4 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Segundo Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa documental é a coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos; arquivos particulares de instituições e domicílios, e fontes estatísticas.

Para Gil (1999) este tipo de pesquisa torna-se particularmente importante quando o problema requer muitos dados dispersos pelo espaço. Porém, deve-se ter atenção à qualidade das fontes utilizadas, pois a utilização de dados equivocados reproduz ou, mesmo, amplia seus erros. A pesquisa documental é bastante utilizada em pesquisas puramente teóricas e naquelas em que o delineamento principal é o estudo de caso, pois aquelas com esse tipo de delineamento exigem, em boa parte dos casos, a coleta de documentos para análise (MARCONI & LAKATOS, 1996).

Dito isso, podemos classificar o presente trabalho como sendo documental, uma vez que para chegar aos resultados propostos, foram coletados dados de *sites* como o da B3 (bolsa de valores oficial do Brasil, Banco Santander S.A, Banco do Brasil e InfoMoney).

3.5 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Segundo o autor Vergara (2010), amostra ou população amostral, é uma parte do universo escolhida segundo algum critério de representatividade. Assim, a amostra objetiva extrair um subconjunto da população que é representativo nas principais áreas de interesse da pesquisa (ROESCH, 1999).

No presente trabalho serão utilizados como amostra a rentabilidade mensal e anual das seguintes opções de investimentos, bem como a variação de suas taxas e seus resultados no período de outubro de 2012 até outubro de 2022, tendo um espaço de tempo de 120 (cento e vinte) meses ou 10 (dez) anos.

Segue uma relação abaixo das opções de investimentos que foram analisadas:

INVESTIMENTOS ANALISADOS	
MODALIDADE DO INVESTIMENTO	CARACTERÍSTICA DO INVESTIMENTO
<ul style="list-style-type: none"> • Rentabilidade do índice Ibovespa 	Esse índice representa rentabilidade média das cotações dos ativos de maior representatividade e negociabilidade do mercado acionário brasileiro.
<ul style="list-style-type: none"> • Rentabilidade dos ativos de renda fixa; 	A rentabilidade dos ativos de renda fixa, como o CDB geralmente estão atreladas a taxa SELIC ou a taxa CDI.
<ul style="list-style-type: none"> • Caderneta de Poupança; 	Investimento de baixo risco, com retorno baixo, mas garantido.

<ul style="list-style-type: none"> • CDB (Certificado de depósito bancário); 	<p>É uma opção de investimento que é mais procurado quando as taxas de juros estão em alta, fomentadas pelo cenário econômico com retorno geralmente atrelado a taxa CDI. O CDB usado para simulação foi o comercializado pela XP investimentos, que se mostrou mais rentável nas pesquisas.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Taxa Selic; 	<p>É a taxa de juros fixada pelo Comitê de Política Monetária, ela é calculada mediante a média ponderada dos juros praticados pelas instituições financeiras, é usada como base para títulos do governo.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Tesouro Selic 	<p>Assim como outros papéis disponíveis no Tesouro Direto, o Tesouro Selic consiste em um empréstimo ao Estado, que utiliza esses recursos para financiar seus gastos e investimentos.</p>

Tabela 2 – Investimentos analisados

Fonte: O autor

3.6 PLANO DE COLETA DE DADOS

As técnicas de coleta de dados são um conjunto de regras ou processos utilizados por uma ciência, ou seja, corresponde à parte prática da coleta de dados (LAKATOS & MARCONI, 2001). Durante a coleta de dados, diferentes técnicas podem ser empregadas, sendo mais utilizados: a entrevista, o questionário, a observação e a pesquisa documental. A presente pesquisa utilizará a técnica de coleta de dados observação, uma vez que para fazer a análise da evolução dos investimentos ao longo do período estudado teremos que buscar informações prontas, disponíveis a todos, e somente com base nisso montar a análise dos dados.

A observação também é considerada uma coleta de dados para conseguir informações sob determinados aspectos da realidade. Ela ajuda o pesquisador a “[...] identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (MARCONI & LAKATOS, 1996, p. 79). A observação também obriga o pesquisador a ter um contato mais direto com a realidade.

Os dados de rentabilidade anual e mensal compostas basicamente pela taxa de juros do período de outubro de 2012 até outubro de 2022.

Cada modalidade de opção de investimento, selecionado na amostra do trabalho, foram coletados das seguintes fontes:

COLETA DE DADOS		
INDEXADOR	SITE DE COLETA	PERÍODO DE COLETA
Ibovespa	https://www.infomoney.com.br/cotacoes/b3/indice/ibovespa/historico	10/10/2022
Poupança	https://www.bcb.gov.br/pec/poupanca/poupanca.asp?frame=1	10/10/2022
CDI	https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-segmentos-e-setoriais/serie-historica-do-di.htm	10/10/2022
SELIC	https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-segmentos-e-setoriais/serie-historica-do-di.htm	10/10/2022

Tabela 3 – Coleta de dados

Fonte: O autor

Para conferência das informações, utilizou-se também de sites do Governo, que disponibilizam informações concretas quanto aos percentuais dos principais indicadores econômicos a fim de validar as informações coletadas

3.7 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Após o procedimento de coleta de informações embasadas em pesquisas dentro do mercado financeiro bem como na área geral em que o mesmo se encontra, será realizado o processo de análise dos resultados encontrados, com o objetivo principal de evidenciar as melhores decisões de investimento financeiro disponíveis, de acordo com os resultados obtidos na análise histórica dos resultados obtidos quanto observados no período estudado, voltados ao segmento pessoa física.

Nesse sentido, serão apresentados os principais produtos de investimentos voltados a esse público alvo, apresentando suas principais características como rentabilidade, risco, prazo mínimo, etc., e evidenciando as melhores opções disponíveis para o segmento.

Para auxiliar o processo de decisão, serão feitas comparações entre uma opção e outra, dentro da variabilidade desse tipo de mercado que de certa forma é instável conforme o mercado

financeiro em geral, limitado pelo período específico que se encontra a economia dentro do período de estudo.

No caso do trabalho em questão analisamos os dados coletados a fim de atendermos os objetivos desta pesquisa, no qual pretende-se comparar os rendimentos de títulos de renda fixa, caderneta de poupança e o mercado de ações e títulos públicos, a modo de concluir qual/quais foi/foram o(os) investimento(s) mais rentável(eis) no período analisado.

Após ser realizado a coleta de dados pelos meios já especificados, os mesmos foram processados por meio do Excel®, para que com base nas taxas coletadas, pudesse ser transformado no valor de rendimento mensal e anual, seguindo os cálculos de juros compostos que são usados para encontrar o valor do rendimento.

3.8 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Diante da volatilidade que existe no mercado financeiro, as taxas de juros e outras características desse segmento são de certa forma variáveis e os produtos financeiros de modo geral estão atrelados a esse contexto. Deste modo, a decisão mais assertiva de investimento hoje pode não ser a mesma que a de amanhã, as informações analisadas no período histórico na pesquisa podem nortear uma decisão futura, mas nunca garantir resultados. Nesse sentido, as conclusões que serão tiradas nesse estudo não podem ser generalizadas.

O trabalho em questão apresenta algumas limitações quanto o real retorno que o investidor receberá sobre as aplicações, já que não nos utilizaremos dos cálculos de tarifas incidentes sobre as aplicações. O valor de tarifas pagas pelo investidor pode variar, no caso da Bolsa de Valores, dependendo da corretora contratada, do valor aplicado, e outras variáveis que não nos utilizamos para os cálculos da pesquisa. Também não foi considerado os retornos com dividendos no caso e mercado de ações já que não se utilizou uma carteira de empresas e sim o próprio índice Ibovespa.

4. RESULTADOS

Nesse capítulo, serão apresentados os resultados que foram obtidos a partir do objetivo geral da pesquisa, no qual serão colocados dividindo-se nos seguintes tópicos: Simulação de retorno de valores aplicados em diferentes tipos de aplicações hipotéticas; Comparação entre resultados das opções de investimentos analisadas; Melhor opção de investimento dentre as opções analisadas.

4.1 SIMULADO NO INVESTIMENTO EM CDB COM RENDIMENTO 115% DO CDI

Em uma simulação de investimento usando os dados históricos de variação da taxa de juros ao longo de 10 (dez) anos, com data de início partindo do mês de outubro de 2012 seguindo a variação mensal até o mês de setembro de 2022, pode ser calculado o retorno do investimento hipotético de uma aplicação de um CDB, cujo rendimento é de 115% do valor do CDI. Esse percentual foi usado posterior a uma pesquisa analisando as principais instituições financeiras que oferecem esse produto, sendo que o CDB comercializado pela XP Investimentos® foi o que apresentou melhor percentual em cima do CDI (115% do CDI). A aplicação mensal usada na simulação foi a mesma para os outros investimentos que serão apresentados a seguir, para fins de comparação entre a rentabilidade de um e de outro.

Na tabela a seguir, temos os dados que representam a variação mensal do CDI, o rendimento mensal acumulado desse índice, bem como os dados da variação do CDB que usa o CDI como referência com seus respectivos índices. Nesse CDB, a rentabilidade estipulada foi de 115% do CDI, ou seja, com rendimento mensal superior 15% ao índice do CDI.

Segue a seguir os resultados obtidos:

EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO DE APLICAÇÃO EM CDB							
DATA	TAXA CDI	TAXA 115%	SALDO CDB	DATA	TAXA CDI	TAXA 115%	SALDO CDB
01/10/2012			R\$ 1.000,00	30/09/2017	0,64	0,74	R\$ 1.834,92
31/10/2012	0,61	0,70	R\$ 1.006,98	31/10/2017	0,64	0,74	R\$ 1.846,89
30/11/2012	0,54	0,62	R\$ 1.013,28	30/11/2017	0,57	0,66	R\$ 1.858,31
31/12/2012	0,53	0,61	R\$ 1.019,50	31/12/2017	0,54	0,62	R\$ 1.870,78
31/01/2013	0,59	0,68	R\$ 1.026,38	31/01/2018	0,58	0,67	R\$ 1.880,78
28/02/2013	0,48	0,55	R\$ 1.036,06	28/02/2018	0,46	0,53	R\$ 1.892,28
31/03/2013	0,54	0,62	R\$ 1.038,44	31/03/2018	0,53	0,61	R\$ 1.903,54
30/04/2013	0,60	0,69	R\$ 1.045,61	30/04/2018	0,52	0,60	R\$ 1.914,87

31/05/2013	0,58	0,67	R\$ 1.052,64	31/05/2018	0,52	0,60	R\$ 1.924,27
30/06/2013	0,59	0,68	R\$ 1.059,80	30/06/2018	0,52	0,60	R\$ 1.938,28
31/07/2013	0,71	0,82	R\$ 1.068,44	31/07/2018	0,54	0,62	R\$ 1.950,92
31/08/2013	0,70	0,81	R\$ 1.076,99	31/08/2018	0,57	0,66	R\$ 1.961,42
30/09/2013	0,70	0,81	R\$ 1.085,65	30/09/2018	0,47	0,54	R\$ 1.973,67
31/10/2013	0,80	0,92	R\$ 1.095,68	31/10/2018	0,54	0,62	R\$ 1.984,87
30/11/2013	0,71	0,82	R\$ 1.104,63	30/11/2018	0,49	0,56	R\$ 1.996,13
31/12/2013	0,78	0,90	R\$ 1.114,54	31/12/2018	0,49	0,56	R\$ 2.008,60
31/01/2014	0,84	0,97	R\$ 1.125,31	31/01/2019	0,54	0,62	R\$ 2.020,00
28/02/2014	0,78	0,90	R\$ 1.135,44	28/02/2019	0,49	0,56	R\$ 2.030,89
31/03/2014	0,76	0,87	R\$ 1.145,36	31/03/2019	0,47	0,54	R\$ 2.042,99
30/04/2014	0,81	0,93	R\$ 1.156,10	30/04/2019	0,52	0,60	R\$ 2.055,75
31/05/2014	0,86	0,99	R\$ 1.167,51	31/05/2019	0,54	0,62	R\$ 2.066,83
30/06/2014	0,82	0,94	R\$ 1.178,49	30/06/2019	0,47	0,54	R\$ 2.080,33
31/07/2014	0,94	1,08	R\$ 1.191,24	31/07/2019	0,57	0,66	R\$ 2.092,33
31/08/2014	0,86	0,99	R\$ 1.203,02	31/08/2019	0,50	0,58	R\$ 2.103,49
30/09/2014	0,90	1,04	R\$ 1.215,48	30/09/2019	0,46	0,53	R\$ 2.115,08
31/10/2014	0,94	1,08	R\$ 1.228,69	31/10/2019	0,48	0,55	R\$ 2.124,33
30/11/2014	0,84	0,97	R\$ 1.240,53	30/11/2019	0,38	0,44	R\$ 2.133,48
31/12/2014	0,96	1,10	R\$ 1.254,17	31/12/2019	0,37	0,43	R\$ 2.142,72
31/01/2015	0,93	1,07	R\$ 1.267,58	31/01/2020	0,38	0,44	R\$ 2.149,95
28/02/2015	0,82	0,94	R\$ 1.279,51	29/02/2020	0,29	0,33	R\$ 2.158,31
31/03/2015	1,04	1,20	R\$ 1.294,76	31/03/2020	0,34	0,39	R\$ 2.165,38
30/04/2015	0,95	1,09	R\$ 1.308,88	30/04/2020	0,28	0,32	R\$ 2.171,25
31/05/2015	0,98	1,13	R\$ 1.323,69	31/05/2020	0,24	0,28	R\$ 2.176,55
30/06/2015	1,07	1,23	R\$ 1.339,92	30/06/2020	0,21	0,24	R\$ 2.181,41
31/07/2015	1,18	1,36	R\$ 1.358,06	31/07/2020	0,19	0,22	R\$ 2.185,42
31/08/2015	1,11	1,28	R\$ 1.375,36	31/08/2020	0,16	0,18	R\$ 2.189,36
30/09/2015	1,11	1,28	R\$ 1.392,89	30/09/2020	0,16	0,18	R\$ 2.193,31
31/10/2015	1,11	1,28	R\$ 1.410,64	31/10/2020	0,16	0,18	R\$ 2.197,08
30/11/2015	1,05	1,21	R\$ 1.427,77	30/11/2020	0,15	0,17	R\$ 2.201,23
31/12/2015	1,16	1,33	R\$ 1.446,85	31/12/2020	0,16	0,18	R\$ 2.205,01
31/01/2016	1,05	1,21	R\$ 1.464,41	31/01/2021	0,15	0,17	R\$ 2.208,42
29/02/2016	1,00	1,15	R\$ 1.481,28	28/02/2021	0,13	0,15	R\$ 2.213,52
31/03/2016	1,16	1,33	R\$ 1.501,06	31/03/2021	0,20	0,23	R\$ 2.218,81
30/04/2016	1,05	1,21	R\$ 1.519,27	30/04/2021	0,21	0,24	R\$ 2.225,70
31/05/2016	1,11	1,28	R\$ 1.583,63	31/05/2021	0,27	0,31	R\$ 2.233,57
30/06/2016	1,16	1,33	R\$ 1.559,18	30/06/2021	0,30	0,35	R\$ 2.242,70
31/07/2016	1,11	1,28	R\$ 1.579,05	31/07/2021	0,36	0,41	R\$ 2.253,74
31/08/2016	1,21	1,39	R\$ 1.601,10	31/08/2021	0,42	0,48	R\$ 2.265,19
30/09/2016	1,11	1,28	R\$ 1.621,50	30/09/2021	0,44	0,51	R\$ 2.277,85
31/10/2016	1,05	1,21	R\$ 1.641,04	31/10/2021	0,48	0,55	R\$ 2.293,22
30/11/2016	1,04	1,20	R\$ 1.660,62	30/11/2021	0,59	0,68	R\$ 2.313,51
31/12/2016	1,12	1,29	R\$ 1.682,05	31/12/2021	0,76	0,87	R\$ 2.333,00
31/01/2017	1,04	1,20	R\$ 1.703,04	31/01/2022	0,73	0,84	R\$ 2.353,26
28/02/2017	0,86	0,99	R\$ 1.719,96	28/02/2022	0,76	0,87	R\$ 2.378,36

31/03/2017	1,00	1,15	R\$ 1.740,75	31/03/2022	0,88	1,01	R\$ 2.401,19
30/04/2017	0,79	0,91	R\$ 1.756,47	30/04/2022	0,83	0,95	R\$ 2.429,78
31/05/2017	0,88	1,01	R\$ 1.775,17	31/05/2022	1,03	1,18	R\$ 2.458,17
30/06/2017	0,77	0,89	R\$ 1.791,67	30/06/2022	1,02	1,17	R\$ 2.487,44
31/07/2017	0,76	0,87	R\$ 1.808,19	31/07/2022	1,03	1,18	R\$ 2.520,91
31/08/2017	0,77	0,89	R\$ 1.821,45	31/08/2022	1,17	1,35	R\$ 2.552,01
30/09/2017	0,64	0,74	R\$ 1.834,92	30/09/2022	1,07	1,23	R\$ 2.576,44

Tabela 4 – Evolução do rendimento de aplicação em CDB

Fonte: O autor

De acordo com esses resultados, o valor dessa aplicação teve uma variação de 157,64%, com rendimento bruto de 1.576,44.

Analisando os resultados obtidos mensalmente, é importante ressaltar os meses em que a taxa de juros chama a atenção. Nesse sentido, podemos destacar o mês de 02/2021, onde a taxa do CDI teve seu menor percentual entre os períodos observados, chegando 0,13% (CDI) e 0,15 (CDB 115% DO CDI), o que pode ser explicado pelo fato do ambiente econômico estar totalmente instável no auge da pandemia do COVID-19. Por outro lado, podemos observar o maior percentual durante esse prazo de dez anos no mês 08/2016, onde a taxa obteve seu pico no valor de 1,21% (CDI) e 1,39 (CDB 115% DO CDI) e a média entre todas as taxas dentro do período analisado fica em 0,69% (CDI) e 0,79% (CDB 115% DO CDI).

Para fins de comparação entre outros investimentos, devemos calcular o rendimento líquido desse investimento, descontando os custos do Imposto de Renda, que de acordo com o tempo que o valor ficou aplicado, sendo superior a dois anos, tem a incidência de alíquota de 15% sobre o rendimento, resultando em um valor de retenção de R\$ 236,47.

Resultado da simulação:

CONSOLIDAÇÃO DE RESULTADOS SIMULANDO APLICAÇÃO EM CDB	
DADOS AVALIADOS	RESULTADOS
Valor Aplicação Atualizada	R\$ 2.576,44
Valor do rendimento bruto	R\$ 1.576,44
IR sobre o rendimento	15%
Valor IR	236,47
Saldo líquido da Aplicação	R\$ 2.339,97
Valor Rendimento Líquido	R\$ 1.339,97
% Rendimento Líquido Total	134%

Tabela 5 – Consolidação de resultados simulando aplicação em CDB

Fontes: O autor

4.2 SIMULADO NO INVESTIMENTO LCI COM RENDIMENTO 94% DO CDI

De acordo com o Banco do Brasil a LCI é um investimento de renda fixa criado para apoiar o financiamento imobiliário no país. É emitida com o objetivo de captar recursos financeiros destinados a empréstimos para o setor imobiliário. Quando o investidor adquire um título, recebe em troca disso um rendimento pré-estabelecido. A LCI geralmente está disponível na modalidade pós-fixada (atrelada à variação do CDI).

Para fazermos a simulação de um investimento no LCI, utilizaremos o rendimento de 94% do CDI, esse percentual pode variar para mais ou para menos, dependendo de fatores como qual a instituição que está disponibilizando o título bem como o prazo de carência com que o investimento ficará aplicado. No caso da nossa simulação, no período em que o investimento ficou aplicado, essa é a taxa que corresponde ao rendimento estabelecido, foi usado como exemplo de amostra o CDI do Banco Santander, que nas pesquisas se mostrou o mais rentável.

Segue abaixo os resultados da simulação do investimento em análise, seguindo o requisito do prazo e aporte inicial como os outros investimentos que serão simulados:

EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO DE APLICAÇÃO EM LCI							
DATA	TAXA CDI	TAXA 94% CDI	SALDO LCI	DATA	TAXA CDI	TAXA 94% CDI	SALDO LCI
01/10/2012			R\$ 1.000,00				
31/10/2012	0,6100	0,5734	R\$ 1.005,73	31/10/2017	0,6400	0,6016	R\$ 1.651,47
30/11/2012	0,5400	0,5076	R\$ 1.010,84	30/11/2017	0,5700	0,5358	R\$ 1.660,32
31/12/2012	0,5300	0,4982	R\$ 1.015,88	31/12/2017	0,5400	0,5076	R\$ 1.668,75
31/01/2013	0,5900	0,5546	R\$ 1.021,51	31/01/2018	0,5800	0,5452	R\$ 1.677,85
28/02/2013	0,4800	0,4512	R\$ 1.026,12	28/02/2018	0,4600	0,4324	R\$ 1.685,10
31/03/2013	0,5400	0,5076	R\$ 1.031,33	31/03/2018	0,5300	0,4982	R\$ 1.693,50
30/04/2013	0,6000	0,5640	R\$ 1.037,14	30/04/2018	0,5200	0,4888	R\$ 1.701,78
31/05/2013	0,5800	0,5452	R\$ 1.042,80	31/05/2018	0,5200	0,4888	R\$ 1.710,09
30/06/2013	0,5900	0,5546	R\$ 1.048,58	30/06/2018	0,5200	0,4888	R\$ 1.718,45
31/07/2013	0,7100	0,6674	R\$ 1.055,58	31/07/2018	0,5400	0,5076	R\$ 1.727,18
31/08/2013	0,7000	0,6580	R\$ 1.062,53	31/08/2018	0,5700	0,5358	R\$ 1.736,43
30/09/2013	0,7000	0,6580	R\$ 1.069,52	30/09/2018	0,4700	0,4418	R\$ 1.744,10
31/10/2013	0,8000	0,7520	R\$ 1.077,56	31/10/2018	0,5400	0,5076	R\$ 1.752,95
30/11/2013	0,7100	0,6674	R\$ 1.084,75	30/11/2018	0,4900	0,4606	R\$ 1.761,03
31/12/2013	0,7800	0,7332	R\$ 1.092,70	31/12/2018	0,4900	0,4606	R\$ 1.769,14
31/01/2014	0,8400	0,7896	R\$ 1.101,33	31/01/2019	0,5400	0,5076	R\$ 1.778,12
28/02/2014	0,7800	0,7332	R\$ 1.109,41	28/02/2019	0,4900	0,4606	R\$ 1.786,31
31/03/2014	0,7600	0,7144	R\$ 1.117,33	31/03/2019	0,4700	0,4418	R\$ 1.794,20
30/04/2014	0,8100	0,7614	R\$ 1.125,84	30/04/2019	0,5200	0,4888	R\$ 1.802,97
31/05/2014	0,8600	0,8084	R\$ 1.134,94	31/05/2019	0,5400	0,5076	R\$ 1.812,12

30/06/2014	0,8200	0,7708	R\$ 1.143,69	30/06/2019	0,4700	0,4418	R\$ 1.820,13
31/07/2014	0,9400	0,8836	R\$ 1.153,80	31/07/2019	0,5700	0,5358	R\$ 1.829,88
31/08/2014	0,8600	0,8084	R\$ 1.163,12	31/08/2019	0,5000	0,4700	R\$ 1.838,48
30/09/2014	0,9000	0,8460	R\$ 1.172,96	30/09/2019	0,4600	0,4324	R\$ 1.846,43
31/10/2014	0,9400	0,8836	R\$ 1.183,33	31/10/2019	0,4800	0,4512	R\$ 1.854,76
30/11/2014	0,8400	0,7896	R\$ 1.192,67	30/11/2019	0,3800	0,3572	R\$ 1.861,39
31/12/2014	0,9600	0,9024	R\$ 1.203,43	31/12/2019	0,3700	0,3478	R\$ 1.867,86
31/01/2015	0,9300	0,8742	R\$ 1.213,95	31/01/2020	0,3800	0,3572	R\$ 1.874,53
28/02/2015	0,8200	0,7708	R\$ 1.223,31	29/02/2020	0,2900	0,2726	R\$ 1.879,64
31/03/2015	1,0400	0,9776	R\$ 1.235,27	31/03/2020	0,3400	0,3196	R\$ 1.885,65
30/04/2015	0,9500	0,8930	R\$ 1.246,30	30/04/2020	0,2800	0,2632	R\$ 1.890,62
31/05/2015	0,9800	0,9212	R\$ 1.257,78	31/05/2020	0,2400	0,2256	R\$ 1.894,88
30/06/2015	1,0700	1,0058	R\$ 1.270,43	30/06/2020	0,2100	0,1974	R\$ 1.898,62
31/07/2015	1,1800	1,1092	R\$ 1.284,52	31/07/2020	0,1900	0,1786	R\$ 1.902,01
31/08/2015	1,1100	1,0434	R\$ 1.297,93	31/08/2020	0,1600	0,1504	R\$ 1.904,87
30/09/2015	1,1100	1,0434	R\$ 1.311,47	30/09/2020	0,1600	0,1504	R\$ 1.907,74
31/10/2015	1,1100	1,0434	R\$ 1.325,15	31/10/2020	0,1600	0,1504	R\$ 1.910,61
30/11/2015	1,0500	0,9870	R\$ 1.338,23	30/11/2020	0,1500	0,1410	R\$ 1.913,30
31/12/2015	1,1600	1,0904	R\$ 1.352,82	31/12/2020	0,1600	0,1504	R\$ 1.916,18
31/01/2016	1,0500	0,9870	R\$ 1.366,18	31/01/2021	0,1500	0,1410	R\$ 1.918,88
29/02/2016	1,0000	0,9400	R\$ 1.379,02	28/02/2021	0,1300	0,1222	R\$ 1.921,22
31/03/2016	1,1600	1,0904	R\$ 1.394,06	31/03/2021	0,2000	0,1880	R\$ 1.924,84
30/04/2016	1,0500	0,9870	R\$ 1.407,82	30/04/2021	0,2100	0,1974	R\$ 1.928,64
31/05/2016	1,1100	1,0434	R\$ 1.422,50	31/05/2021	0,2700	0,2538	R\$ 1.933,53
30/06/2016	1,1600	1,0904	R\$ 1.438,02	30/06/2021	0,3000	0,2820	R\$ 1.938,98
31/07/2016	1,1100	1,0434	R\$ 1.453,02	31/07/2021	0,3600	0,3384	R\$ 1.945,55
31/08/2016	1,2100	1,1374	R\$ 1.469,55	31/08/2021	0,4200	0,3948	R\$ 1.953,23
30/09/2016	1,1100	1,0434	R\$ 1.484,88	30/09/2021	0,4400	0,4136	R\$ 1.961,30
31/10/2016	1,0500	0,9870	R\$ 1.499,54	31/10/2021	0,4800	0,4512	R\$ 1.970,15
30/11/2016	1,0400	0,9776	R\$ 1.514,19	30/11/2021	0,5900	0,5546	R\$ 1.981,08
31/12/2016	1,1200	1,0528	R\$ 1.530,14	31/12/2021	0,7600	0,7144	R\$ 1.995,23
31/01/2017	1,0400	0,9776	R\$ 1.545,09	31/01/2022	0,7300	0,6862	R\$ 2.008,92
28/02/2017	0,8600	0,8084	R\$ 1.557,59	28/02/2022	0,7600	0,7144	R\$ 2.023,28
31/03/2017	1,0000	0,9400	R\$ 1.572,23	31/03/2022	0,8800	0,8272	R\$ 2.040,01
30/04/2017	0,7900	0,7426	R\$ 1.583,90	30/04/2022	0,8300	0,7802	R\$ 2.055,93
31/05/2017	0,8800	0,8272	R\$ 1.597,00	31/05/2022	1,0300	0,9682	R\$ 2.075,83
30/06/2017	0,7700	0,7238	R\$ 1.608,56	30/06/2022	1,0200	0,9588	R\$ 2.095,74
31/07/2017	0,7600	0,7144	R\$ 1.620,05	31/07/2022	1,0300	0,9682	R\$ 2.116,03
31/08/2017	0,7700	0,7238	R\$ 1.631,78	31/08/2022	1,1700	1,0998	R\$ 2.139,30
30/09/2017	0,6400	0,6016	R\$ 1.641,60	30/09/2022	1,0700	1,0058	R\$ 2.160,82

Tabela 6 – Simulado no investimento LCI com rendimento 94% do CDI

Fonte: O autor

Como esse investimento também está atrelado ao CDI assim como o CDB, os mesmos períodos em que a análise do primeiro investimento simulado sofreu oscilações positivas e negativas, de forma proporcional e levemente menos significativa essa simulação de LCI acompanha essas variações, uma vez que os dois seguem esse índice para determinar os resultados da aplicação.

O principal diferencial entre um e outro, é que por contar com o benefício fiscal da isenção do imposto de renda a fim de fomentar o mercado imobiliário, o LCI pode-se tornar mais vantajoso para investidores pessoa física. Porém, deve-se obviamente levar-se em conta o percentual de rendimento bem como o prazo de carência, que geralmente existe quando trata-se de investimento em LCI.

Analisando os resultados da simulação, se tivéssemos investido o capital inicial de R\$ 1.000,00 por 120 meses, o saldo final dessa aplicação no final do período seria de 2.160,82. Isso significa que o rendimento da aplicação seria de R\$ 1.160,82. O diferencial dessa aplicação como foi mencionado anteriormente, é que esse valor pode ser definido como líquido uma vez que não há incidência de IR por contar com o benefício fiscal.

Dessa forma, segue os resultados dessa simulação de investimento de forma consolidada:

CONSOLIDAÇÃO DE RESULTADOS SIMULANDO APLICAÇÃO EM LCI	
DADOS AVALIADOS	RESULTADOS
Valor Aplicação Atualizada	R\$ 2.160,82
Valor do rendimento bruto	R\$ 1.160,82
IR sobre o rendimento	-
Valor IR	-
Saldo líquido da Aplicação	R\$ 2.160,82
Valor Rendimento Líquido	R\$ 1.160,82
% Rendimento Líquido Total	116,08%

Tabela 7 – Consolidação de resultados simulando aplicação em LCI

Fonte: O autor

4.3 SIMULADO NO INVESTIMENTO EM CADERNETA DE POUPANÇA

Na mesma lógica das simulações anteriores, veremos a seguir uma aplicação hipotética com aplicação inicial de R\$ 1.000,00 no mês 10/2012 e resgate após 10 (dez) anos no mês 10/2022. O rendimento da poupança está relacionado à Taxa Selic e à Taxa Referencial. O

cálculo é o seguinte: sempre que a Taxa Selic estiver abaixo de 8,5%, a correção da caderneta de poupança é equivalente a 70% desse valor; e, quando a Selic for maior que 8,5%, o rendimento da poupança será de 0,5% ao mês + a TR.

Segue abaixo a evolução que o saldo aplicado teve de forma mensal ao longo do período analisado:

EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO DE APLICAÇÃO EM CADERNETA DE POUPANÇA					
DATA	TAXA	SALDO	DATA	TAXA	SALDO
01/10/2012		R\$ 1.000,00	30/09/2017	0,50	R\$ 1.412,86
31/10/2012	0,43	R\$ 1.004,30	31/10/2017	0,47	R\$ 1.419,50
30/11/2012	0,41	R\$ 1.008,42	30/11/2017	0,43	R\$ 1.425,61
31/12/2012	0,41	R\$ 1.012,55	31/12/2017	0,43	R\$ 1.431,74
31/01/2013	0,41	R\$ 1.016,70	31/01/2018	0,40	R\$ 1.437,47
28/02/2013	0,41	R\$ 1.020,87	28/02/2018	0,40	R\$ 1.443,22
31/03/2013	0,41	R\$ 1.025,06	31/03/2018	0,39	R\$ 1.448,84
30/04/2013	0,41	R\$ 1.029,26	30/04/2018	0,37	R\$ 1.454,21
31/05/2013	0,43	R\$ 1.033,68	31/05/2018	0,37	R\$ 1.459,59
30/06/2013	0,43	R\$ 1.038,13	30/06/2018	0,37	R\$ 1.464,99
31/07/2013	0,46	R\$ 1.042,90	31/07/2018	0,37	R\$ 1.470,41
31/08/2013	0,48	R\$ 1.047,91	31/08/2018	0,37	R\$ 1.475,85
30/09/2013	0,52	R\$ 1.053,36	30/09/2018	0,37	R\$ 1.481,39
31/10/2013	0,50	R\$ 1.058,63	31/10/2018	0,37	R\$ 1.486,87
30/11/2013	0,58	R\$ 1.064,77	30/11/2018	0,37	R\$ 1.492,37
31/12/2013	0,55	R\$ 1.070,62	31/12/2018	0,37	R\$ 1.497,89
31/01/2014	0,54	R\$ 1.076,40	31/01/2019	0,37	R\$ 1.503,44
28/02/2014	0,63	R\$ 1.083,19	28/02/2019	0,37	R\$ 1.509,00
31/03/2014	0,50	R\$ 1.088,60	31/03/2019	0,37	R\$ 1.514,58
30/04/2014	0,50	R\$ 1.094,04	30/04/2019	0,37	R\$ 1.520,19
31/05/2014	0,58	R\$ 1.100,39	31/05/2019	0,37	R\$ 1.525,81
30/06/2014	0,59	R\$ 1.106,88	30/06/2019	0,37	R\$ 1.531,46
31/07/2014	0,55	R\$ 1.112,97	31/07/2019	0,37	R\$ 1.537,12
31/08/2014	0,61	R\$ 1.119,76	31/08/2019	0,37	R\$ 1.542,81
30/09/2014	0,58	R\$ 1.127,39	30/09/2019	0,37	R\$ 1.547,93
31/10/2014	0,56	R\$ 1.133,70	31/10/2019	0,34	R\$ 1.553,19
30/11/2014	0,62	R\$ 1.140,73	30/11/2019	0,32	R\$ 1.558,16
31/12/2014	0,55	R\$ 1.147,01	31/12/2019	0,32	R\$ 1.563,15
31/01/2015	0,59	R\$ 1.153,77	31/01/2020	0,29	R\$ 1.567,68
28/02/2015	0,60	R\$ 1.160,70	29/02/2020	0,26	R\$ 1.571,76
31/03/2015	0,57	R\$ 1.167,31	31/03/2020	0,26	R\$ 1.575,84
30/04/2015	0,57	R\$ 1.173,97	30/04/2020	0,24	R\$ 1.579,63
31/05/2015	0,63	R\$ 1.181,36	31/05/2020	0,22	R\$ 1.583,10
30/06/2015	0,67	R\$ 1.189,28	30/06/2020	0,17	R\$ 1.585,79
31/07/2015	0,67	R\$ 1.197,25	31/07/2020	0,13	R\$ 1.587,85
31/08/2015	0,73	R\$ 1.205,99	31/08/2020	0,13	R\$ 1.589,92
30/09/2015	0,65	R\$ 1.215,06	30/09/2020	0,12	R\$ 1.589,19

31/10/2015	0,69	R\$ 1.223,44	31/10/2020	0,12	R\$ 1.591,10
30/11/2015	0,73	R\$ 1.232,38	30/11/2020	0,12	R\$ 1.593,01
31/12/2015	0,62	R\$ 1.240,02	31/12/2020	0,12	R\$ 1.594,92
31/01/2016	0,70	R\$ 1.248,70	31/01/2021	0,12	R\$ 1.596,83
29/02/2016	0,65	R\$ 1.256,81	28/02/2021	0,12	R\$ 1.598,75
31/03/2016	0,61	R\$ 1.264,48	31/03/2021	0,12	R\$ 1.600,67
30/04/2016	0,70	R\$ 1.273,33	30/04/2021	0,16	R\$ 1.603,23
31/05/2016	0,66	R\$ 1.281,73	31/05/2021	0,16	R\$ 1.605,79
30/06/2016	0,65	R\$ 1.290,07	30/06/2021	0,20	R\$ 1.609,00
31/07/2016	0,71	R\$ 1.299,23	31/07/2021	0,24	R\$ 1.612,87
31/08/2016	0,71	R\$ 1.308,45	31/08/2021	0,24	R\$ 1.616,74
30/09/2016	0,66	R\$ 1.316,57	30/09/2021	0,30	R\$ 1.621,35
31/10/2016	0,68	R\$ 1.325,52	31/10/2021	0,36	R\$ 1.627,19
30/11/2016	0,61	R\$ 1.333,61	30/11/2021	0,44	R\$ 1.634,35
31/12/2016	0,69	R\$ 1.342,81	31/12/2021	0,44	R\$ 1.641,25
31/01/2017	0,70	R\$ 1.352,21	31/01/2022	0,63	R\$ 1.651,88
28/02/2017	0,59	R\$ 1.360,19	28/02/2022	0,55	R\$ 1.660,96
31/03/2017	0,54	R\$ 1.367,53	31/03/2022	0,50	R\$ 1.669,27
30/04/2017	0,57	R\$ 1.375,33	30/04/2022	0,61	R\$ 1.679,45
31/05/2017	0,53	R\$ 1.382,62	31/05/2022	0,66	R\$ 1.690,54
30/06/2017	0,58	R\$ 1.390,64	30/06/2022	0,61	R\$ 1.700,85
31/07/2017	0,59	R\$ 1.398,84	31/07/2022	0,70	R\$ 1.712,75
31/08/2017	0,53	R\$ 1.405,84	31/08/2022	0,71	R\$ 1.724,92
30/09/2017	0,50	R\$ 1.412,86	30/09/2022	0,68	R\$ 1.736,94

8 – Evolução do rendimento de aplicação em Poupança

Fonte: O autor

Durante o período analisado de forma mensal, podemos identificar os meses em que a aplicação teve melhor e mais baixo rendimento. Nesse sentido, podemos destacar os meses de setembro de 2020 a março de 2021 onde a taxa ficou estagnada durante sete meses no menor índice histórico analisado, sendo este de 0,12%, que da mesma forma dos outros investimentos, também foi impactada pela pandemia do COVID-19 por estar atrelada a outras taxas de juros que são formadas pela economia do país. Em oposição a isso o melhor índice pode ser observado nos meses de agosto e novembro de 2015 com o pico de 0,73% de rendimento.

Por contar com o benefício fiscal de não ter incidência de Imposto de Renda para aplicação realizadas por pessoas físicas, o rendimento no final do período dessa aplicação pode ser apresentado sem a necessidade de cálculos adicionais. Nesse sentido, o valor do rendimento na data de resgate foi de R\$ 736,94 com um saldo final de 1.736,94 contando com o valor inicial de aplicação. Esse rendimento resulta em uma variação de 73,69% de rendimento líquido.

Resultado da simulação:

CONSOLIDAÇÃO DE RESULTADOS SIMULANDO APLICAÇÃO EM POUPANÇA	
DADOS AVALIADOS	RESULTADOS
Valor Aplicação Atualizada	R\$ 1.736,94
Valor do rendimento bruto	R\$ 736,94
IR sobre o rendimento	-
Valor IR	-
Saldo líquido da Aplicação	R\$ 1.736,94
Valor Rendimento Líquido	R\$ 736,94
% Rendimento Líquido Total	76,69%

Tabela 9 – Consolidação de resultados simulando aplicação em Poupança

Fonte: O autor

4.4 SIMULADO DE INVESTIMENTO NO ÍNDICE DO IBOVESPA

Seguindo os mesmos critérios de avaliação que os demais investimentos, a simulação baseada no índice Ibovespa apresenta os resultados a seguir, diferenciando das demais simulações principalmente por apresentar rentabilidade negativa em diversos meses, onde o índice teve variação negativa.

EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO DE APLICAÇÃO NO IBOVESPA					
DATA	TAXA	SALDO	DATA	TAXA	SALDO
01/10/2012		R\$ 1.000,00	30/09/2017	4,88	R\$ 1.255,27
31/10/2012	-3,56	R\$ 964,40	31/10/2017	0,02	R\$ 1.255,52
30/11/2012	0,71	R\$ 971,25	30/11/2017	-3,15	R\$ 1.215,97
31/12/2012	6,05	R\$ 1.030,01	31/12/2017	6,16	R\$ 1.332,86
31/01/2013	-1,95	R\$ 1.009,92	31/01/2018	11,14	R\$ 1.481,34
28/02/2013	-3,91	R\$ 970,43	28/02/2018	0,52	R\$ 1.489,04
31/03/2013	-1,87	R\$ 952,29	31/03/2018	0,01	R\$ 1.489,19
30/04/2013	-0,78	R\$ 944,86	30/04/2018	0,88	R\$ 1.502,29
31/05/2013	-4,30	R\$ 904,23	31/05/2018	-10,87	R\$ 1.338,99
30/06/2013	-11,31	R\$ 801,96	30/06/2018	-5,20	R\$ 1.269,37
31/07/2013	1,64	R\$ 815,11	31/07/2018	8,88	R\$ 1.382,09
31/08/2013	3,68	R\$ 845,11	31/08/2018	-3,21	R\$ 1.337,72
30/09/2013	4,65	R\$ 884,41	30/09/2018	3,48	R\$ 1.384,27
31/10/2013	3,66	R\$ 916,78	31/10/2018	10,19	R\$ 1.525,33
30/11/2013	-3,27	R\$ 886,80	30/11/2018	2,38	R\$ 1.561,63
31/12/2013	-1,86	R\$ 870,31	31/12/2018	-1,81	R\$ 1.533,37
31/01/2014	-7,51	R\$ 804,95	31/01/2019	10,82	R\$ 1.699,28

28/02/2014	-1,14	R\$ 795,77	28/02/2019	-1,86	R\$ 1.667,67
31/03/2014	7,05	R\$ 851,87	31/03/2019	-0,18	R\$ 1.670,67
30/04/2014	2,40	R\$ 872,32	30/04/2019	0,98	R\$ 1.687,05
31/05/2014	-0,75	R\$ 865,77	31/05/2019	0,70	R\$ 1.698,86
30/06/2014	3,76	R\$ 898,33	30/06/2019	4,06	R\$ 1.767,83
31/07/2014	5,01	R\$ 943,34	31/07/2019	0,84	R\$ 1.782,68
31/08/2014	9,78	R\$ 1.035,59	31/08/2019	-0,67	R\$ 1.770,74
30/09/2014	-11,70	R\$ 914,43	30/09/2019	3,57	R\$ 1.833,95
31/10/2014	0,95	R\$ 923,12	31/10/2019	2,36	R\$ 1.877,23
30/11/2014	0,17	R\$ 924,69	30/11/2019	0,95	R\$ 1.895,07
31/12/2014	-8,62	R\$ 844,98	31/12/2019	6,85	R\$ 2.024,88
31/01/2015	-6,20	R\$ 792,59	31/01/2020	-1,63	R\$ 1.991,87
28/02/2015	9,97	R\$ 871,61	29/02/2020	-8,43	R\$ 1.823,96
31/03/2015	-0,84	R\$ 864,29	31/03/2020	-29,90	R\$ 1.278,59
30/04/2015	9,93	R\$ 950,11	30/04/2020	10,25	R\$ 1.409,65
31/05/2015	-6,17	R\$ 891,49	31/05/2020	8,57	R\$ 1.530,46
30/06/2015	0,61	R\$ 896,93	30/06/2020	8,76	R\$ 1.664,53
31/07/2015	-4,17	R\$ 859,53	31/07/2020	8,27	R\$ 1.802,18
31/08/2015	-8,33	R\$ 787,93	31/08/2020	-3,44	R\$ 1.740,19
30/09/2015	-3,36	R\$ 761,45	30/09/2020	-4,80	R\$ 1.656,66
31/10/2015	1,80	R\$ 775,16	31/10/2020	-0,69	R\$ 1.645,23
30/11/2015	-1,63	R\$ 762,53	30/11/2020	15,90	R\$ 1.906,82
31/12/2015	-3,92	R\$ 732,63	31/12/2020	9,30	R\$ 2.084,15
31/01/2016	-6,79	R\$ 682,89	31/01/2021	-3,32	R\$ 2.014,96
29/02/2016	5,91	R\$ 723,25	28/02/2021	-4,37	R\$ 1.926,90
31/03/2016	16,97	R\$ 845,98	31/03/2021	6,00	R\$ 2.042,52
30/04/2016	7,70	R\$ 911,12	30/04/2021	1,94	R\$ 2.082,14
31/05/2016	-10,09	R\$ 819,19	31/05/2021	6,16	R\$ 2.210,41
30/06/2016	6,30	R\$ 870,80	30/06/2021	0,46	R\$ 2.220,57
31/07/2016	11,22	R\$ 968,50	31/07/2021	-3,94	R\$ 2.133,08
31/08/2016	1,03	R\$ 978,48	31/08/2021	-2,48	R\$ 2.080,18
30/09/2016	0,80	R\$ 986,31	30/09/2021	-6,57	R\$ 1.943,51
31/10/2016	11,23	R\$ 1.097,07	31/10/2021	-6,74	R\$ 1.812,52
30/11/2016	-4,65	R\$ 1.046,06	30/11/2021	-1,53	R\$ 1.784,79
31/12/2016	-2,71	R\$ 1.017,71	31/12/2021	2,85	R\$ 1.835,66
31/01/2017	7,38	R\$ 1.092,81	31/01/2022	6,98	R\$ 1.963,78
28/02/2017	3,08	R\$ 1.126,47	28/02/2022	0,89	R\$ 1.981,26
31/03/2017	-2,52	R\$ 1.098,09	31/03/2022	6,06	R\$ 2.101,33
30/04/2017	0,64	R\$ 1.105,11	30/04/2022	-10,10	R\$ 1.889,09
31/05/2017	-4,12	R\$ 1.059,58	31/05/2022	3,22	R\$ 1.949,92
30/06/2017	0,30	R\$ 1.062,76	30/06/2022	-11,50	R\$ 1.725,68
31/07/2017	4,80	R\$ 1.113,77	31/07/2022	4,69	R\$ 1.806,62
31/08/2017	7,46	R\$ 1.196,86	31/08/2022	6,16	R\$ 1.917,90
30/09/2017	4,88	R\$ 1.255,27	30/09/2022	0,47	R\$ 1.926,92

Tabela 10 – Evolução do rendimento de aplicação no Ibovespa

Fonte: O autor

Como ressaltado anteriormente, o diferencial desse tipo de investimento é a oscilação do índice que pode apresentar variação negativa, como pode ser observada na tabela acima. Analisando a variação mensal nessa simulação que usa o índice do Ibovespa como referência, podemos destacar os meses em que o índice apresentou variação negativa, ou seja, com perda de resultado e consequentemente diminuição no saldo aplicado.

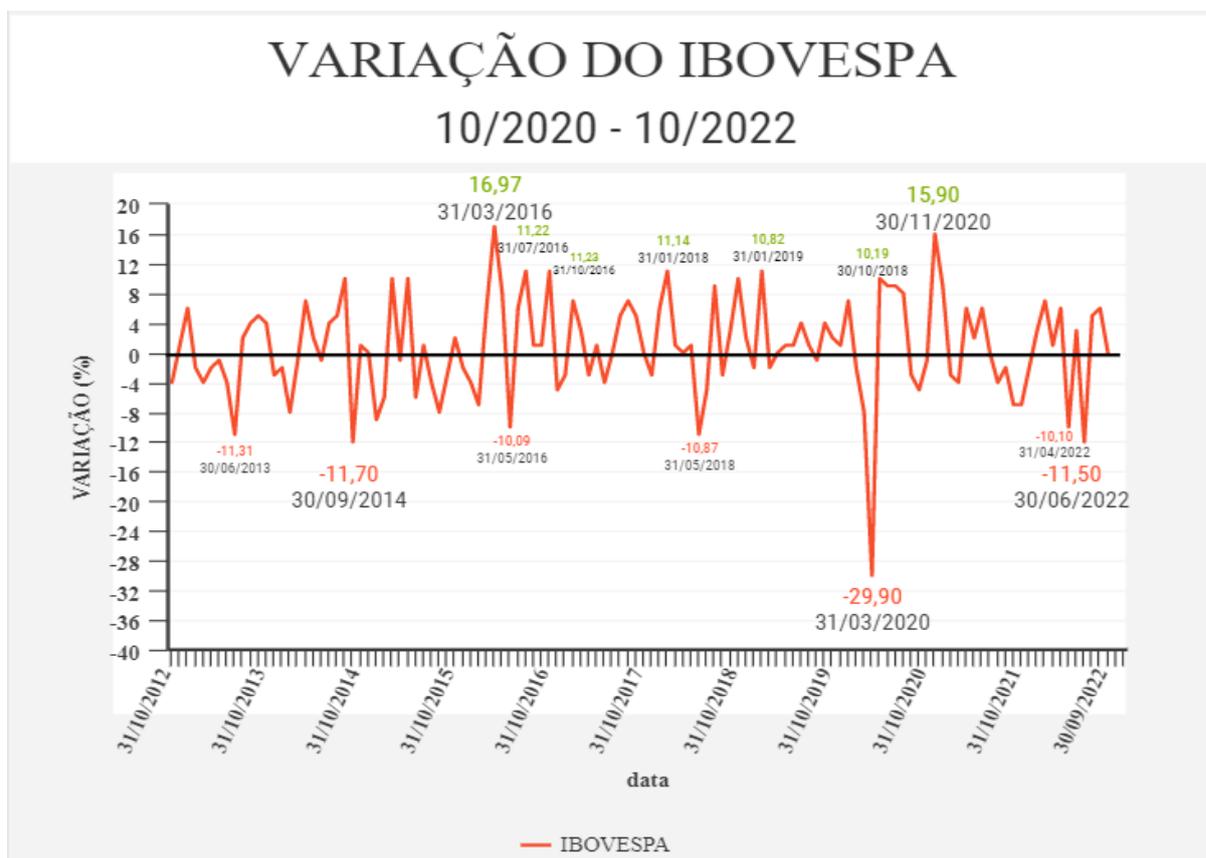


Gráfico 2 – Variação do Ibovespa

Fonte: O autor

Durante o período dos 120 meses de estudo, esse índice apresentou rentabilidade negativa em 51 deles, com seu pico negativo sendo representado no mês de março de 2020, chegando a -29,90% de variação, no mesmo cenário econômico que foi extremamente afetado pela pandemia do COVID-19. Por outro lado, na maior parte do período, o índice apresentou rentabilidade positiva, com 69 meses de lucro, com seu índice mais elevado no valor de 16,97% no mês de março de 2016.

O saldo no final do período de aplicação (data de resgate) foi de R\$ 1.926,92, ou seja, com lucro bruto de R\$ 926,92 reais, com uma variação bruta de 92,70%. No caso de ações, como é tributado essa modalidade de investimento, somente vendas mensais de ações com valores acima de R\$20 mil têm incidência de Imposto de Renda sobre os lucros onde a alíquota

é de 15%. Como não é o caso nessa simulação, não haverá incidência de IR, mas é importante deixar claro que se o valor ultrapassasse o valor limite, deve-se calcular o imposto de renda dentro dos percentuais a que se enquadram, para que assim, possa ser definido a rentabilidade líquida. Nesse caso, os valores obtidos na data de resgate já podem ser considerados como saldo líquido e rendimento líquido quando descontado o valor da aplicação inicial.

Resultado da simulação:

CONSOLIDAÇÃO DE RESULTADOS SIMULANDO APLICAÇÃO EM AÇÕES (IBOVESPA)	
DADOS AVALIADOS	RESULTADOS
Valor Aplicação Atualizada	R\$ 1926,92
Valor do rendimento bruto	R\$ 926,92
IR sobre o rendimento	-
Valor IR	-
Saldo líquido da Aplicação	R\$ 1.926,92
Valor Rendimento Líquido	R\$ 926,92
% Rendimento Líquido Total	92,70%

Tabela 11 – Consolidação de resultados simulando aplicação em ações (IBOVESPA)

Fonte: O autor

4.5 SIMULADO NO TESOUREO IPCA

O Tesouro IPCA é uma família de títulos de renda fixa que paga um juro anual acrescido da variação da inflação oficial do país. Com ele, ao manter o investimento até o prazo de vencimentos, você tem a certeza do rendimento real, aquele que ultrapassa o Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

De acordo com informações do site do Tesouro Direto, essa modalidade de investimentos possui uma rentabilidade que varia do índice do IPCA + 5,37% a.a, até o índice do IPCA + 5,79% a.a, de acordo com o prazo em que o investimento ficará aplicado.

Para fazer a simulação dessa modalidade de investimentos, utilizaremos o IPCA + 5,74% a.a, pois essa é a taxa que mais se aproxima com a que é paga de acordo com período em que o valor ficou aplicado. Como estamos calculando a variação mensal do saldo, essa taxa foi convertida para taxa mensal que ficou com o IPCA do respectivo mês + 0,4462.

Segue na próxima página os resultados da variação mensal utilizando o mesmo valor de aplicação inicial dos outros títulos (R\$ 1.000,00) no mesmo prazo de 10 (dez) anos.

EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO DE APLICAÇÃO NO TESOUREO IPCA							
DATA	TAXA IPCA	IPCA + JUROS (0,4462).	SALDO	DATA	TAXA IPCA	IPCA + JUROS (0,4462)	SALDO
01/10/2012			1.000,00				
31/10/2012	0,59	0,5947%	R\$ 1.005,95	31/10/2017	0,42	0,8862%	R\$ 1.832,63
30/11/2012	0,6	1,0662%	R\$ 1.016,67	30/11/2017	0,28	0,7462%	R\$ 1.846,31
31/12/2012	0,79	1,2562%	R\$ 1.034,17	31/12/2017	0,44	0,9062%	R\$ 1.863,04
31/01/2013	0,86	1,3262%	R\$ 1.047,89	31/01/2018	0,29	0,7562%	R\$ 1.877,13
28/02/2013	0,6	1,0662%	R\$ 1.059,06	28/02/2018	0,32	0,7862%	R\$ 1.891,89
31/03/2013	0,47	0,9362%	R\$ 1.068,97	31/03/2018	0,09	0,5562%	R\$ 1.902,41
30/04/2013	0,55	1,0162%	R\$ 1.079,83	30/04/2018	0,22	0,6862%	R\$ 1.915,46
31/05/2013	0,37	0,8362%	R\$ 1.088,87	31/05/2018	0,4	0,8662%	R\$ 1.932,06
30/06/2013	0,26	0,7262%	R\$ 1.096,78	30/06/2018	1,26	1,7262%	R\$ 1.965,41
31/07/2013	0,03	0,4962%	R\$ 1.102,21	31/07/2018	0,33	0,7962%	R\$ 1.981,06
31/08/2013	0,24	0,7062%	R\$ 1.109,99	31/08/2018	-0,09	0,3762%	R\$ 1.988,51
30/09/2013	0,35	0,8162%	R\$ 1.119,06	30/09/2018	0,48	0,9462%	R\$ 2.007,32
31/10/2013	0,57	1,0362%	R\$ 1.130,66	31/10/2018	0,45	0,9162%	R\$ 2.025,72
30/11/2013	0,54	1,0062%	R\$ 1.142,03	30/11/2018	-0,21	0,2562%	R\$ 2.030,90
31/12/2013	0,92	1,3862%	R\$ 1.157,86	31/12/2018	0,15	0,6162%	R\$ 2.043,42
31/01/2014	0,55	1,0162%	R\$ 1.169,63	31/01/2019	0,32	0,7862%	R\$ 2.059,48
28/02/2014	0,69	1,1562%	R\$ 1.183,15	28/02/2019	0,43	0,8962%	R\$ 2.077,94
31/03/2014	0,92	1,3862%	R\$ 1.199,55	31/03/2019	0,75	1,2162%	R\$ 2.103,21
30/04/2014	0,67	1,1362%	R\$ 1.132,27	30/04/2019	0,57	1,0362%	R\$ 2.125,01
31/05/2014	0,46	0,9262%	R\$ 1.224,42	31/05/2019	0,13	0,5962%	R\$ 2.137,68
30/06/2014	0,4	0,8662%	R\$ 1.235,03	30/06/2019	0,01	0,4762%	R\$ 2.147,86
31/07/2014	0,01	0,4762%	R\$ 1.240,90	31/07/2019	0,19	0,6562%	R\$ 2.161,95
31/08/2014	0,25	0,7162%	R\$ 1.249,79	31/08/2019	0,11	0,5762%	R\$ 2.174,41
30/09/2014	0,57	1,0362%	R\$ 1.262,74	30/09/2019	-0,04	0,4262%	R\$ 2.183,67
31/10/2014	0,42	0,8862%	R\$ 1.273,93	31/10/2019	0,1	0,5662%	R\$ 2.196,04
30/11/2014	0,51	0,9762%	R\$ 1.286,37	30/11/2019	0,51	0,9762%	R\$ 2.217,48
31/12/2014	0,78	1,2462%	R\$ 1.302,40	31/12/2019	1,15	1,6162%	R\$ 2.253,32
31/01/2015	1,24	1,7062%	R\$ 1.324,62	31/01/2020	0,21	0,6762%	R\$ 2.268,55
28/02/2015	1,22	1,6862%	R\$ 1.346,96	29/02/2020	0,25	0,7162%	R\$ 2.284,80
31/03/2015	1,32	1,7862%	R\$ 1.371,02	31/03/2020	0,07	0,5362%	R\$ 2.297,05
30/04/2015	0,71	1,1762%	R\$ 1.387,15	30/04/2020	-0,31	0,1562%	R\$ 2.300,64
31/05/2015	0,74	1,2062%	R\$ 1.403,87	31/05/2020	-0,38	0,0862%	R\$ 2.302,62
30/06/2015	0,79	1,2562%	R\$ 1.421,51	30/06/2020	0,26	0,7262%	R\$ 2.319,34
31/07/2015	0,62	1,0862%	R\$ 1.436,95	31/07/2020	0,36	0,8262%	R\$ 2.338,51
31/08/2015	0,22	0,6862%	R\$ 1.446,81	31/08/2020	0,24	0,7062%	R\$ 2.355,02
30/09/2015	0,54	1,0062%	R\$ 1.461,37	30/09/2020	0,64	1,1062%	R\$ 2.381,07
31/10/2015	0,82	1,2862%	R\$ 1.480,16	31/10/2020	0,86	1,3262%	R\$ 2.412,65
30/11/2015	1,01	1,4762%	R\$ 1.502,01	30/11/2020	0,89	1,3562%	R\$ 2.445,37
31/12/2015	0,96	1,4262%	R\$ 1.523,44	31/12/2020	1,35	1,8162%	R\$ 2.489,78
31/01/2016	1,27	1,7362%	R\$ 1.549,89	31/01/2021	0,25	0,7162%	R\$ 2.507,61

29/02/2016	0,9	1,3662%	R\$ 1.571,06	28/02/2021	0,86	1,3262%	R\$ 2.540,87
31/03/2016	0,43	0,8962%	R\$ 1.585,14	31/03/2021	0,93	1,3962%	R\$ 2.576,35
30/04/2016	0,61	1,0762%	R\$ 1.602,20	30/04/2021	0,31	0,7762%	R\$ 2.596,34
31/05/2016	0,78	1,2462%	R\$ 1.622,17	31/05/2021	0,83	1,2962%	R\$ 2.630,00
30/06/2016	0,35	0,8162%	R\$ 1.635,41	30/06/2021	0,53	0,9962%	R\$ 2.656,20
31/07/2016	0,52	0,9862%	R\$ 1.651,53	31/07/2021	0,96	1,4262%	R\$ 2.694,08
31/08/2016	0,44	0,9062%	R\$ 1.666,50	31/08/2021	0,87	1,3362%	R\$ 2.730,08
30/09/2016	0,08	0,5462%	R\$ 1.675,60	30/09/2021	1,16	1,6262%	R\$ 2.774,48
31/10/2016	0,26	0,7262%	R\$ 1.687,77	31/10/2021	1,25	1,7162%	R\$ 2.822,09
30/11/2016	0,18	0,6462%	R\$ 1.698,68	30/11/2021	0,95	1,4162%	R\$ 2.862,06
31/12/2016	0,3	0,7662%	R\$ 1.711,69	31/12/2021	0,73	1,1962%	R\$ 2.896,29
31/01/2017	0,38	0,8462%	R\$ 1.726,18	31/01/2022	0,54	1,0062%	R\$ 2.925,44
28/02/2017	0,33	0,7962%	R\$ 1.739,92	28/02/2022	1,01	1,4762%	R\$ 2.968,62
31/03/2017	0,25	0,7162%	R\$ 1.752,38	31/03/2022	1,62	2,0862%	R\$ 3.030,55
30/04/2017	0,14	0,6062%	R\$ 1.763,01	30/04/2022	1,06	1,5262%	R\$ 3.076,80
31/05/2017	0,31	0,7762%	R\$ 1.776,69	31/05/2022	0,47	0,9362%	R\$ 3.105,61
30/06/2017	-0,23	0,2362%	R\$ 1.780,89	30/06/2022	0,67	1,1362%	R\$ 3.140,90
31/07/2017	0,24	0,7062%	R\$ 1.793,46	31/07/2022	-0,68	-	R\$ 3.134,18
31/08/2017	0,19	0,6562%	R\$ 1.805,23	31/08/2022	-0,36	0,2138%	R\$ 3.137,51
30/09/2017	0,16	0,6262%	R\$ 1.816,54	30/09/2022	-0,29	0,1762%	R\$ 3.143,04

Tabela 12 - Evolução do rendimento de aplicação no tesouro IPCA

Fonte: O autor

Fazendo uma análise histórica desde o momento da aplicação inicial nesse título, observa-se alguns meses onde o IPCA ficou negativa, ou seja, períodos onde houve deflação. Foram 9 meses onde o índice apresentou variação negativa, sendo desses os últimos 3 meses analisados onde de forma consecutiva os meses de julho, agosto e setembro de 2022 com taxa negativa.

A inflação oficial medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ficou negativa de forma significativa em julho (-0,68%) na comparação mensal. Foi a menor taxa registrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na série histórica do indicador, iniciada em janeiro de 1980. Esse resultado é explicado pela aprovação de projetos que reduziram impostos numa tentativa de baixar o preço dos combustíveis, em especial da gasolina e do etanol, além do recuo das contas de energia elétrica. Esse foi o único mês em o saldo apresentou variação negativa, mesmo com a correção da taxa fixa atrelada ao índice, o que é contrabalanceado pelo aumento do poder de compra com a redução da inflação.

Fazendo a análise do maior índice observado no período, destaca-se o mês de março de 2022, onde o índice apresentou um percentual de 2,0862 com variação de mais de 40% em relação ao mês anterior.

Durante o período em que o valor ficou aplicado na simulação, a aplicação inicial teve uma variação bruta de 214,30%, chegando ao final do período com um saldo bruto de R\$ 3.143,04 e um rendimento bruto de R\$ 2.143,04.

Para fins de comparação que onde será abordado no próximo item, devemos também calcular o valor do Imposto de Renda para descobrir o valor líquido dessa aplicação.

Resultado da simulação:

CONSOLIDAÇÃO DE RESULTADOS SIMULANDO APLICAÇÃO NO TESOIRO IPCA	
DADOS AVALIADOS	RESULTADOS
Valor Aplicação Atualizada	R\$ 3.143,04
Valor do rendimento bruto	R\$ 2.143,04
IR sobre o rendimento	15%
Valor IR	321,46
Saldo líquido da Aplicação	R\$ 2.821,58
Valor Rendimento Líquido	R\$ 1.821,58
% Rendimento Líquido Total	182,16%

Tabela 13 - Consolidação de resultados simulando aplicação no Tesouro IPCA

Fontes: O autor

4.6 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Com os resultados das simulações definidos, é possível fazer uma análise dos que investimentos que tiveram melhor performance, do mesmo modo que é possível identificar os que desempenharam resultados menos significativos. Desse modo, trazendo para uma tabela os resultados das simulações de forma consolidada, com os principais itens de cada investimento a ser analisado, temos os seguintes dados:

COMPARAÇÃO DE RESULTADOS SIMULADOS					
Modalidade do investimento	CDB	LCI	POUPANÇA	BOVESPA	TESOURO
Valor Aplicação Atualizada	R\$ 2.576,44	R\$ 2.160,82	R\$ 1.736,94	R\$ 1.926,92	R\$ 3.143,04
Valor do rendimento bruto	R\$ 1.576,44	R\$ 1.160,82	R\$ 736,94	R\$ 926,92	R\$ 2.143,04
IR sobre o rendimento	15%	-	-	-	15%
Valor IR	236,47	-	-	-	321,46

Saldo líquido da Aplicação	R\$ 2.339,97	R\$ 2.160,82	R\$ 1.736,94	R\$ 1.926,92	R\$ 2.821,58
Valor Rendimento Líquido	R\$ 1.339,97	R\$ 1.160,82	R\$ 736,94	R\$ 926,92	R\$ 1.821,58
% Rendimento Líquido Total	134%	116,08%	76,69%	92,69	182,16%
Desvio Padrão	2,97	2,76	1,71	65,45	4,04

Tabela 14 – Comparação de resultados simulados

Fontes: O autor

Quando analisado os valores do saldo no final do período investido, o investimento que mais se destaca, levando como base a rentabilidade em cima dos juros e sem levar em consideração despesas mais específicas que pode haver de acordo com as regras de cada título e instituição, é de forma nítida o Tesouro IPCA, como podemos acompanhar de forma ilustrada no gráfico da próxima página:

EVOLUÇÃO ANUAL DO RENDIMENTO

10/2012 - 10/2022

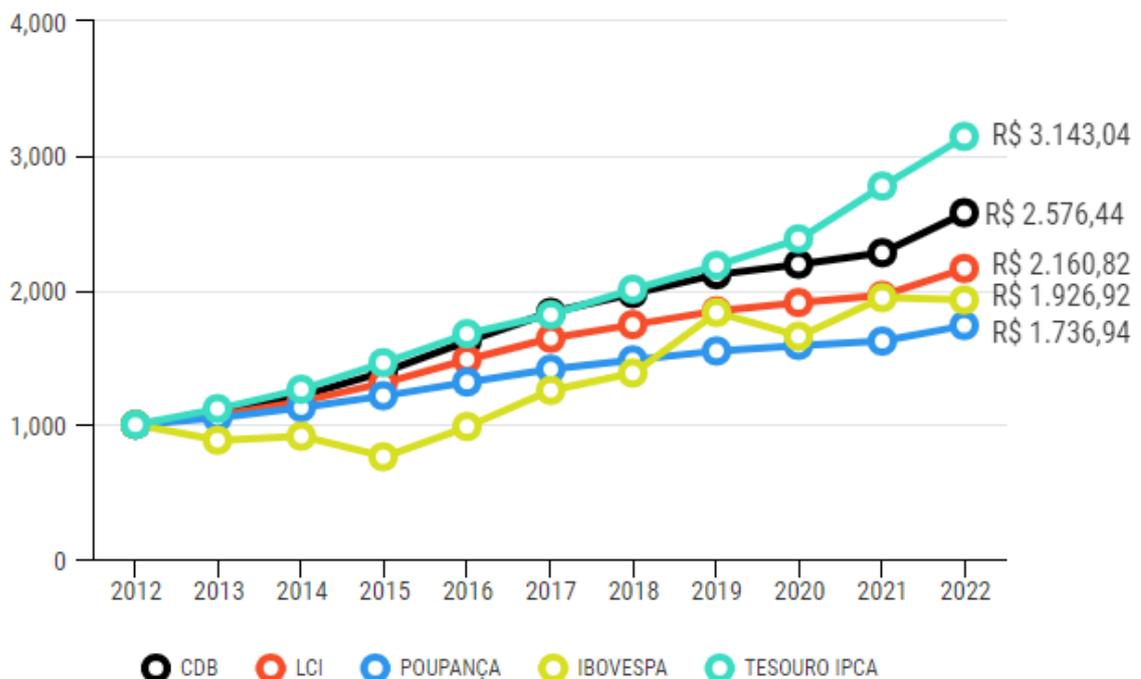


Gráfico 3 – Evolução anual do saldo do investimento

Fonte: autor

O investimento no período proposto resultou em um saldo na data de resgate de R\$ 3.143,04 com lucro bruto de R\$ 2.143,04 e líquido, deduzindo valores com Imposto de Renda de R\$ 1.821,58. Esses valores colocam esse investimento com rentabilidade de 26,44% superior ao investimento que ficou na segunda posição, e quase 60% mais lucrativo que a Caderneta de Poupança, que ficou como menos rentável.

Abaixo encontra-se o gráfico ilustrando os valores do percentual de rentabilidade que cada investimento teve sobre o valor aportado no início da aplicação.



Gráfico 4 – Rentabilidade Final %

Fontes: O autor

Analisando esse gráfico, podemos identificar de forma clara a vantagem que o Tesouro IPCA obteve sobre os demais investimentos que foram comparados. Com rentabilidade líquida de 182,16%, nessa análise podemos considerar esse investimento como o mais rentável dentre todos os estudados. Essa modalidade de investimento obteve um resultado superior 26,44% ao resultado do CDB, que foi o segundo com melhor retorno. Quando comparado ao LCI, o Tesouro IPCA obteve um resultado 36,28% mais rentável. No mesmo sentido, comparado com o Ibovespa, a vantagem que esse investimento obteve foi de 49,12%. Comparando com o

rendimento menos rentável de acordo com essa análise, no caso sendo a Caderneta de Poupança, essa modalidade de investimento obteve uma vantagem de 57,90%.

Quando analisando os resultados do lucro em valores, o Tesouro IPCA obteve um lucro líquido de R\$ 1.821,58 como já mencionado anteriormente, isso representa que esse investimento resultou em um lucro de R\$ 481,61 maior que o investimento de segunda posição, que no nosso caso é o CDB. Já sendo comparado com o investimento menos rentável da análise, no caso a caderneta de poupança, a diferença de valores foi de R\$ 1.084,64, ou seja, a diferença é maior que o valor de aplicação inicial da simulação.

Segue abaixo de forma ilustrada os valores líquidos de cada investimento apurado:



Gráfico 5 – Rendimento Líquido

Fonte: O autor

O desvio padrão pode ser entendido como uma medida usada para medir a dispersão entre os dados em relação à média. No caso dessa pesquisa, o desvio padrão serve para encontrar o investimento que possui maior variação de resultados no período estudado. Quanto maior for o resultado do desvio padrão, maior será o risco envolvido na operação, uma vez que a incerteza do resultado da operação (risco) acompanha o desenvolvimento do desvio padrão.

Na próxima página, segue o resultado do gráfico ilustrado o desvio padrão encontrado dos elementos analisados:



Gráfico 6 – Desvio Padrão

Fonte: Autor

No gráfico acima, podemos identificar com clareza qual (quais) investimento (os) possui (possuem) maior risco de acordo com o desvio padrão.

Como esperado quando analisado a variação do Ibovespa no quadro da simulação que apresenta as variações mensais desse índice, essa modalidade de investimento, seguindo esse critério de análise, é a que possui maior risco envolvido. Uma vez que esse índice chegou a ter uma variação negativa de quase 30% no mês de março de 2020 e chegou a ter uma rentabilidade de quase 17% no seu pico no mês de março de 2016. Essa volatilidade de variação faz com que o risco seja mais significativo dentre as analisadas, pois assim como os ganhos podem ser significativos de um mês para o outro, as perdas também podem.

O segundo investimento com maior risco encontrado de acordo com o desvio padrão é foi o Tesouro IPCA, seguido pelo CDB e o LCI com desvio padrão semelhante uma vez que ambos utilizam o mesmo indexador como referência (CDI). O investimento com menor risco

de acordo com a análise e de acordo com o esperado foi a poupança, com a menor variação de taxa mensal e total.

No que tange a análise de riscos, é extremamente importante ressaltar os investimentos que possuem a garantia do FGC (Fundo Garantidor de Crédito). O FGC é um mecanismo que garante aos clientes das instituições financeiras associadas a recuperação do patrimônio investido, caso essas instituições passem por decretação de regime de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência. Caso isso ocorra, o fundo irá pagar determinado valor ao correntista ou investidor, isentando a ele o risco de crédito.

No caso dos investimentos analisados na presente pesquisa, os que contam com a garantia do FGC são os emitidos por instituições financeiras, já que seu objetivo é contribuir para a estabilidade do sistema financeiro. Nesse sentido, os que contam com esse benefício são o CDB, o LCI e a Caderneta de Poupança. O Tesouro IPCA sendo este emitido diretamente pelo Governo e o Ibovespa sendo comercializada pela B3, não há garantias previstas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diversidade de opções existentes nos dias atuais, bem a facilidade de negociação somado com o retorno financeiro que os investimentos podem trazer torna cada vez mais atrativo e fomentado esse mercado. Diante de tantas informações que é preciso levar em consideração para escolher a melhor opção ao investidor, conhecer cada modalidade de investimento disponíveis e suas principais características torna-se obrigatório para poder tomar uma decisão que precisa ser baseada em estratégia e conhecimento a fim de maximizar os lucros e evitar possíveis prejuízos.

Nesse sentido, o presente trabalho teve como principal objetivo levar ao leitor uma noção geral sobre o organismo no qual as aplicações financeiras estão inseridas, bem como fazer uma breve apresentação sobre as principais opções de investimento que existem no mercado financeiro atual, fazer uma análise detalhada de algumas que foram considerados pelo autor com determinada relevância usando como método de trabalho a simulação de um investimento para que por fim, pudesse ser feita uma análise e identificado a opção mais vantajosa dentre as estudadas.

Afim de embasar a decisão do autor acerca da melhor opção dentre as analisadas, que é o objetivo do trabalho, usou-se como método de pesquisa, o levantamento histórico das taxas mensais de cada índice dos últimos 10 anos (120 meses). A partir disso foi projetado a evolução da rentabilidade de um investimento em uma simulação individual para cada opção. Com os resultados consolidados, foi possível fazer uma análise do desempenho de cada um dos investimentos, e classificar como opção mais e menos vantajosa.

De acordo com os resultados obtidos, é possível concluir que a opção que apresenta resultados mais satisfatório, levando em consideração os dados avaliados é o Tesouro IPCA, com rentabilidade líquida de 182,16%, podemos considerar esse investimento como o mais rentável dentre todos os estudados. Essa modalidade de investimento obteve um resultado superior 26,44% ao resultado do CDB, que foi o segundo com melhor retorno. Quando comparado ao LCI, o Tesouro IPCA obteve um resultado 36,28% mais rentável. No mesmo sentido, comparado com o Ibovespa, a vantagem que esse investimento obteve foi de 49,12%.

O investimento no Tesouro IPCA no período proposto resultou em um lucro bruto de R\$ 2.143,04 e líquido, deduzindo valores com imposto de renda de R\$ 1.821,58. Esses valores colocam esse investimento com rentabilidade de 26,44% superior ao investimento que ficou na segunda posição, e quase 60% mais lucrativo que a caderneta de poupança, que ficou como menos rentável.

No que tange aos riscos, o Ibovespa se destaca obtendo o maior desvio padrão, e consequentemente, maior risco envolvido, uma vez que esse índice chegou a ter uma variação negativa de quase 30% no mês de março de 2020 e chegou a ter uma rentabilidade de aproximadamente 17% no seu pico no mês de março de 2016. Essa volatilidade de variação faz com que o risco seja mais significativo dentre as analisadas, pois assim como os ganhos podem ser expressivos de um mês para o outro, as perdas também podem. Os investimentos comercializados diretamente por instituições bancárias possuem a garantia do Fundo Garantidor de Crédito, o que anula o risco de crédito para essas operações, porém ainda são sujeitos ao risco de mercado.

Conclui-se que títulos públicos são uma boa opção de investimento, tendo em vista que o retorno que a simulação do investimento Tesouro IPCA obteve ao longo do período analisado e por mais que não tenha cobertura do FGC, por serem títulos emitidos pelo Governo são considerados os mais seguros para se investir dentro do mercado financeiro. Porém cabe ressaltar que todo e qualquer investidor seja principiante, ou experiente, de grande ou pequeno porte, deve manter-se cauteloso e informado sobre as oscilações no mercado, para que a chance de ganho rápido não se torne na perda do valor investido ou não obtenha os resultados esperados.

Como sugestão de pesquisa, levando em consideração a grande variedade de investimentos que existem no mercado financeiro, novas pesquisas podem ser feitas utilizando dados históricos de outros investimentos disponíveis além dos que foram analisados, a fim de ter uma amostra maior de resultados para que com base em mais conteúdo, possa ser feito uma análise ainda mais precisa sobre o desempenho desses indicadores ao longo do tempo e com base nisso possa ser definido a opção mais vantajosa e que possibilite ainda melhores resultados ao investidor.

ORÇAMENTO

Sem gastos definidos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Edgar e SILVA, Lucas. **Sistema Financeiro Nacional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo, MÉTODO, 2017.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado de Capitais**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- BRITO, Osias. **Mercado Financeiro**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.
- CARRETE, Liliam Sanchez. **Mercado Financeiro Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2019.
- CAVALCANTE, F.; MISUMI, J. Y.; RUDGE, L. F.; **Mercado de capitais: o que é, como funciona**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GOVERNO DO BRASIL. **Banco Central do Brasil (BCB)**. *Disponível em:* <<https://www.gov.br/pt-br/orgaos/banco-central-do-brasil>>; *Acesso em:* 22 de mai. 2021.
- LIMA, F. G. **Um método de análise e previsão de sucessões cronológicas unidimensionais lineares e não lineares**. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo, 2004.
- NEUMAN, L. W. **Social research methods: qualitative and quantitative approaches**. Boston: Allyn & Bacon, 1997.
- pesquisa, projetos, estágios e trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 1996.
- PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de Capitais**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- ROESCH, Silvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio do curso de administração: guia para SUSEP. Principais Dúvidas sobre Capitalização**. *Disponível em:* <http://www.susep.gov.br/menuatendimento/informacoes_basicas_capitalizacao>; *Acesso em:* 20 de mai. 2021.
- TOSCANO JUNIOR, Luis Carlos. **Guia de Referência para o Mercado Financeiro**. São Paulo: Edições Inteligentes, 2004.
- JUSBRASIL. **Artigo 2 da Lei nº 6.385 de 07 de Dezembro de 1976**. *Disponível em:* <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11313489/artigo-2-da-lei-n-6385-de-07-de-dezembro-de-1976>>. *Acesso em:* 15 de abril de 2021.
- RICONNECT. **Investir em Renda Variável: guia para começar sem medo!** *Disponível em:* <<https://riconnect.rico.com.vc/blog/renda-variavel>>. *Acesso em:* 18 de setembro 2022.
- RICONNECT. **Renda Fixa: O Que é, Como Funciona, Dicas para Investir** *Disponível em:* <<https://riconnect.rico.com.vc/blog/renda-fixa>>. *Acesso em:* 18 de setembro 2022.

PAGSEGURO. **Título pré-fixado ou pós-fixado: entenda as diferenças e saiba qual escolher.** *Disponível em:* <<https://blog.pagseguro.uol.com.br/titulos-pre-e-pos-fixados/>>. *Acesso em:* 18 de setembro de 2022.

LAMOSA BERGER, Paulo. **Mercado de renda fixa no brasil: Ênfase em títulos públicos.** ed única. São Paulo: Interciência, 2021.

FEBRAN. **A poupança ainda vale a pena?** Mudança da Selic muda o rendimento da poupança. Veja como fica e se essa é uma opção de investimento para você. *Disponível em:* <<https://meubolsoemdia.com.br/Materias/poupanca-ainda-vale-a-pena>>. *Acesso em:* 18 de setembro de 2022.

RIBEIRO, Kleber Ávila; COSTA, Uine Ingrid de Oliveira; JUNIOR, Jair Sampaio Soares **Dêntures:** um instrumento de captação de recursos no mercado de capitais brasileiro. *Disponível em:* <<http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/10246/114115571>>. *Acesso em:* 16 de novembro de 2022.

MAIA, Gabriela. **Renda Variável:** o que é e como investir. Xp, 2020. *Disponível em:* <<https://conteudos.xpi.com.br/aprenda-a-investir/relatorios/renda-variavel/>>. *Acesso em* 06 de novembro de 2022.

GWERCKMAN, Sergio. **Renda Fixa:** tudo o que você precisa saber para começar a investir: o que é renda fixa e como funciona? 2020. *Disponível em:* <www.infomoney.com.br/guias/renda-fixa/> *Acesso em:* 28 outubro 2022.